



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA APROVADA NO COEP, SOB nº CAAE
17450719.2.0000.5188

TÍTULO:
POLÍTICA DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA: EM FOCO AS AÇÕES
DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

COORDENAÇÃO: PROFA. DRA. ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER
ESTUDANTES ENVOLVIDAS: ISMÊNIA LARICE CRUZ DE BRITO
MS. MARIA DAS MERCÊS SERAFIM DOS SANTOS NETA
MARIA SÔNIA LOPES DA SILVA
REPRESENTANTE DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO CAMPUS 2
NIELSON FIRMINO DE OLIVEIRA

AREIA PB
Setembro, 2020

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSUNI	Conselho Superior Universitário
EA	Estudante Apoiador
GT	Grupo de Trabalho
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LACESSE	Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura
LAVITA	Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEDESP	Núcleo de Educação Especial Pertencendo ao Centro de Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
ONGS	Organização Não Governamental
PAAED	Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	Programa Estudante Apoiador
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAP	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PROUNI	Programa do Ministério da Educação

SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESU	Secretarias de Educação Superior
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	14
3. REVISÃO TEÓRICA	16
3.1 Inclusão Universitária para Pessoas com Deficiência: Normativas Legais	16
3.2 Pensando em Igualdade de Oportunidades na UFPB	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
4.1 AS AÇÕES DOS GT DO CIA	28
4.1.1 As Ações do GT de Acessibilidade Pedagógica	28
4.1.2 As Ações do GT de Acessibilidade Arquitetônico	31
4.1.3 As Ações do Grupo de Trabalho de Comunicação.....	32
4.1.4 As ações do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal.....	33
4.1.5 O olhar dos estudantes apoiados pelo Comitê sobre o Programa Estudante Apoiador.....	34
4.1.6 O olhar dos estudantes apoiadores sobre o Programa Estudante Apoiador e a Política de Inclusão	46
4.1.7 Melhorias arquitetônicas no Campus II.....	58
5. DISCUSSÕES DE DADOS DA PESQUISA	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
7. REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre inclusão universitária (especificamente para pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais – NEE) exige fazermos o esforço de compreender que as Políticas de Inclusão Social, no Brasil, ganharam força e destaque a partir das Políticas de Educação, na década de 90. O Brasil por ser um país signatário de vários documentos internacionais como, por exemplo, (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990; DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994; DECLARAÇÃO DA GUATEMALA, 1999), nas quais o país se comprometeu em construir e executar políticas de inclusão para pessoas com NEE.

Até a criação destes documentos, o número de pessoas com NEE em universidades públicas, era insignificante (Brasil, 1990), devido as dificuldades e a permanência nos cursos de graduação. A partir de 2001 a 2006, o número de pessoas com deficiência matriculados nas universidades em todo país subiu consideravelmente, de 5.540 para 13.270, respectivamente, e em 2017 para 39.855 (Censo Universitário, INEP, 2017). Os dados do censo do Ministério de Educação (MEC, 2017), mostram que o número de matrículas de pessoas com deficiências ou NEE cresceu mais nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do que nas públicas, sendo respectivamente, 25.197 e 14.658, totalizando 39.855. Este índice é somente 0,0048% da população universitária, que estava matriculada em 2017, sendo 8.286.663 de estudantes universitários. Mesmo tendo, o Brasil, mais de 45, 6 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência (IBGE, Censo, 2010), podemos afirmar que entrar na universidade ainda está distante da realidade para muitas destas pessoas, principalmente, nas universidades públicas.

Após cinco anos de publicação da Lei 12.711/12 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, ainda tem um baixo índice de pessoas com deficiência ou NEE. Isto se deu principalmente, porque esta legislação considerava o princípio básico de cota como está previsto no art. 1 e parágrafo único, sem especificar condições especiais para as pessoas com deficiência. Assim está escrito:

Art. 1º-As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Somente em 2016, a Lei 12.711/12 foi alterada pela Lei 13.409/2016 em que retificou o art. 3º. Assim, agora, está escrito:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (grifo nosso)

Com estas alterações, muitas IES públicas tiveram que adequar seu plano de cota para entrada, garantindo o direito das pessoas com NEE o acesso à universidade. Mas, materializar uma política de inclusão universitária para pessoas com deficiência e/ou NEE não é somente garantir a matrícula do indivíduo, como também a sua permanência. Isto exige esforços administrativos e pedagógicos de cada IES pública, para que os ingressantes se sintam pertencidos à comunidade acadêmica e possam permanecer na universidade até a sua conclusão de curso de graduação. Neste sentido, as universidades públicas precisam se readequar em três aspectos básicos: arquitetônico, pedagógico e atitudinal. Como Sasaki (2005) afirma:

Ser uma sociedade inclusiva exige mudanças significativas para que o cidadão possa exercer seus direitos em todos os segmentos sociais (lazer, trabalho, educação, saúde, religioso etc.).(SASSAKI, 2005, p.6)

E como traz a Resolução da ONU (78/95), as sociedades inclusivas são aquelas que se adaptam para que seus membros possam exercer seus direitos e tenham melhores qualidade de vida; sendo assim, pensar em inclusão social é pensar que há necessidade de adaptações na sociedade e nos indivíduos, pois a sociedade é feita pelos seus membros que precisarão mudar o pensamento quanto às pessoas com deficiência e/ou NEE.

Esta população é composta por sujeitos de direitos assim como os demais, e garantir o acesso à igualdade de oportunidades não é privilégio, significa materialização de direito. Considerando isto, este relatório parcial de pesquisa tem por objetivo apresentar, a partir de um estudo documental e bibliográfico, como a Universidade Federal da Paraíba está implantando a sua política de inclusão às pessoas com deficiência e/ou NEE, por meio de seu Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a partir de 2013 até 2017. Este recorte se dá por ser o período em que encontramos os primeiros anos de implantação da Lei 12.711/12 e 13.409/16, além de ser o período de criação do CIA e os dados mais atuais do censo universitário disponibilizado no site do Mec. Vale ressaltar que esta é a primeira etapa da pesquisa que tem como objeto: **Política de inclusão universitária implantada pela UFPB, por meio do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, no atendimento das necessidades educacionais especiais de estudantes com nee.**

Abaixo se encontram os objetivos desta etapa da pesquisa supracitada, e autorizada pelo COEP, sob número de aprovação: CAAE 17450719.2.0000.5188.

1.2 Objetivo Geral da pesquisa:

Avaliar a Política de Inclusão Universitária, implantada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), de maneira a compreender como este comitê tem desenvolvido suas ações, avaliar os resultados desde sua criação, compreender as concepções dos estudantes com necessidades educacionais especiais (nee) sobre o atendimento as suas demandas durante processo de formação profissional na UFPB.

Objetivo geral desta etapa:

✓ Compreender como a Universidade Federal da Paraíba está implantando a sua política de inclusão às pessoas com deficiência e/ou NEE, por meio das ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a partir de 2013 até 2017.

Objetivos específicos:

✓ Mapear e avaliar as ações do CIA, durante os cinco primeiros anos de implantação (de 2013 a 2018);

✓ Para este mapeamento foram elencados os seguintes questionamentos norteadores:

Quais são as ações do CIA para o atendimento das necessidades especiais dos estudantes com

NEE, durante o período recortado;

- ✓ Mapear os números de matriculados e atendimentos de estudantes com NEE;
- ✓ Compreender como estão sendo as ações dos grupos de trabalho (GT) do CIA responsáveis pelas ações de superação das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O método da pesquisa utilizado, nesta etapa é do tipo descritivo e quali-quantitativo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental dos relatórios disponíveis no site do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 2013 à 2017. Os dados de relatórios referentes a 2018, não estavam disponíveis no site do CIA.

Os conceitos analisados foram feitos através da análise bibliográfica a partir das leituras de resoluções, leis, decretos, portarias, relatórios de atividades, do livro Inclusão do discurso às práticas educacionais, organizado por Ana Cristina Silva Daxenberger, Andreza Aparecida Polia e outros autores (2018).

Para o estudo documental, foram utilizados os relatórios dos Grupos de Trabalho, que são: 3 relatórios do Grupo de Trabalho Pedagógico, 2 relatórios do GT Arquitetônico e 1 de Comunicação, não foram encontrados relatórios do GT Atitudinal para que pudéssemos descrever, isto não significa que não houve as ações, todos os relatórios estão disponíveis no site do CIA. Além dos relatórios, foram utilizados documentos oficiais do CIA, também disponíveis em sua página e dados estatísticos presentes nos relatórios do CIA.

Os dados foram organizados em descrição das ações do CIA e análise dos dados estatísticos, sendo o segundo tópico a análise sobre os relatórios dos GTs supracitados. A descrição das funções de cada GT é feita no item ações do CIA.

Além do estudo documental, também optou-se pela utilização de questionário semi-estruturado, enviado aos participantes da pesquisa, por meio de email, os quais tinha acesso a um link com o termo de autorização e participação da pesquisa, conforme modelo protocolado na COEP. E após concordância, os participantes tinham acesso às perguntas. Dois grupos de participantes foram considerados: o primeiro denominado de estudante apoiado (A) pelo CIA; e o segundo grupo denominado de estudante apoiador (EA), que realizam as atividades de apoio e acompanhamento estudantil quanto ao desempenho acadêmico dos universitários cadastrados no CIA e que apresentam necessidades específicas. Ambos os grupos foram identificados com códigos alfa-numéricos. Sendo o primeiro identificado pela letra A seguido de números; e o segundo grupo identificado por (EA) seguidos de números.

Em relação aos participantes do grupo de estudantes apoiados (A) houve uma amostra de 45,78% (38 alunos) dos universitários com deficiência e/ou NEE devidamente matriculados na UFPB, e atendidos pelo Programa Estudante Apoiador, do CIA. O critério de escolha dos participantes foi aleatório, por meio de registro no CIA, de maneira a quererem participar e contribuir voluntariamente com as ações da Pesquisa; para isso foi enviado a todos os estudantes apoiados um email com informações explicativas sobre os objetivos da pesquisa, seguido de um convite para participar da mesma. A identificação dos participantes foi mantida em sigilo, sendo eles nomeados, exclusivamente, por um código alfa-numérico (A1, A2, A3, A4, A5...).

Sobre o grupo de estudantes apoiadores (EA), tem-se uma mostra de 25,8% (40 alunos), também escolhidos de maneira aleatória e no mesmo formato de convite de participação dos estudantes apoiados: por meio de email convite com os objetivos da pesquisa e o link para responder ao questionário.

Quanto aos dados referentes aos questionários, os mesmos serão apresentados em dois blocos, sendo eles: o primeiro as respostas dos estudantes apoiados, identificados pela letra A; e o segundo as respostas dos estudantes apoiadores (EA).

Os dados serão discutidos concomitantemente à apresentação e posteriormente serão comparados para uma análise crítica sobre a Política de Inclusão da UFPB. Após preenchimento do questionário os dados foram organizados e analisados à luz da legislação e dos fundamentos teórico-críticos sobre inclusão universitária, a partir de eixos investigativos que surgiram na coleta de dados, a luz das ideias de Bardin (1979).

Ainda, realizou-se a observação de campo, no campus 2 da UFPB, onde se centram as atividades de trabalho da pesquisa: campus Areia, Centro de Ciências Agrárias. A intenção era observar se houve melhorias no tocante à acessibilidade, após os dados de coletas apresentados no relatório de trabalho do CIA Sub-sede Areia, de 2015, em que mostrava algumas barreiras arquitetônicas. Para a observação de campo, utilizou-se de captura de imagens por meio de máquina digital de alta resolução, os quais estarão no tópico sobre avanços e desafios no tocante à acessibilidade no campus II, da UFPB.

3. REVISÃO TEÓRICA

3.1 Inclusão Universitária para Pessoas com Deficiência: Normativas Legais

Em meados da década de 1990, a educação foi marcada por profundas mudanças pedagógicas. As pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especializadas (NEE) eram vistas pela sociedade como excluídas e privadas de oportunidades. No entanto, foram criadas leis para garantir a essas pessoas as mesmas condições de igualdade e oportunidades perante a sociedade. Dentre essas leis podemos mencionar a Constituição de 1988, que traz em seu artigo 5º que todos são iguais sem distinção de qualquer natureza.

Outro acontecimento importante aconteceu em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial que foi a Declaração de Salamanca, ocorrido na Espanha. Através deste documento que trata da educação especial, como também do direito a uma educação igualitária para todos os indivíduos da sociedade, abordando discussões sobre a acessibilidade. Partindo deste princípio, os sistemas educacionais devem aprimorar as instituições para melhor atender a todos com NEE em seu processo de aprendizagem.

Essa proposta passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades, repudiando o termo deficiência e passando a utilizar uma nova terminologia: Necessidades Educacionais Especiais, como diz Leite e Martins (2012), esse documento teve um teor fundamental no que se refere à acessibilidade à educação, abolindo barreiras e ações discriminatórias.

As mudanças nas políticas públicas referente à escolarização podem ser consideradas a partir da Lei nº 9.394/1996, que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V que é dedicado à Educação Especial. As políticas públicas educacionais têm como objetivo ajudar na melhoria e qualidade de ensino. Para isto, é necessário oferecer aos educandos com NEE um atendimento educacional em todos os níveis de ensino. Quanto à acessibilidade para o Ensino Superior, sugeridas modificações no edital, de entrada garantindo aos candidatos condições de realizar a prova.

Diante dessa realidade, foi baixada a Portaria nº 1.679/1999 (1999). Nessa portaria estão estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico (adaptações de edificações, mobilidade, instrumento urbanos e de espaços) e aos recursos materiais (adaptados a cada deficiência, exemplo: máquina *Braille*, eliminação de barreiras arquitetônicas, softwares específicos, entre outros) quanto aos recursos humanos (exemplo: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa). No ano de 2003, na Portaria nº 3.284, menciona a criação de cargos que ofereçam suporte a esses alunos, podendo, assim, o intérprete de Língua de Sinais ser regulamentado nas Instituições de Ensino Superior (Portaria nº 3.284, 2003).

Outro decreto importante foi o nº 5.296/2004, no qual se passa a exigir que as instituições de ensino cumpram algumas determinações de acessibilidade para poder conseguir a autorização de abertura e funcionamento, como também para renovação de cursos. Para isso, as normas referentes à acessibilidade arquitetônica comunicacional e urbanística; que professores, funcionários e alunos com deficiência possam exercer suas atividades nas mesmas condições que os demais; e que seja coibida e reprimida qualquer ação discriminatória com relação a essas pessoas (Decreto nº 5.296, 2004).

Esse decreto (5.296/2004), por sua vez, apresenta uma nova forma de conceber a Educação, ou seja, não há mais espaço para as instituições que não forem inclusivas. Os estabelecimentos de ensino precisam adequar-se a essa nova realidade. As demandas relacionadas ao atendimento de alunos com deficiência e/ou com NEE na Educação Superior foram ampliando-se no decorrer dos anos. Diante dessa realidade, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Secretarias de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP), por meio do Edital nº 4/2008, buscou propostas junto às Instituições de Educação Superior que viabilizassem a implantação por sua vez, no qual tinha objetivos definidos na perspectiva da educação inclusiva na educação superior; são estes os objetivos:

- a) Promover ações que garantam o acesso e a permanência dos universitários;
- b) Fomentar a criação e/ou instituições federais de Ensino Superior;
- c) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações (Brasil, 2008, p.39)

Assim a criança e o adolescente podem frequentar a escola e essa se adaptar a necessidade de cada aluno. O Ministério da Educação (MEC) nº 1.793, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. Por meio dessa portaria as escolas devem adaptar seu currículo de acordo com a necessidade de seus alunos como afirma a Lei nº 9.394, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece e regulamenta o ensino na rede pública ou privada desde a educação básica até o ensino superior. Esta lei é uma das mais importantes quando se trata da educação. A Educação especial pode ser definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Assim a criança e o adolescente podem frequentar a escola e essa se adaptar a necessidade de cada aluno. O Ministério da Educação (MEC) nº 1.793, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e

integração da pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. Por meio dessa portaria as escolas devem adaptar seu currículo de acordo com a necessidade de seus alunos como afirma a Lei nº 9.394, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece e regulamenta o ensino na rede pública ou privada desde a educação básica até o ensino superior. Esta lei é uma das mais importantes quando se trata da educação. A Educação especial pode ser definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica foram instituídas em 2001, com a Resolução CNE/CEB nº 2. Desta forma todos os alunos com NEE devem ser matriculados e assegurados de condições que garantam uma educação de qualidade em todos os sistemas de ensino. A partir dessa resolução as escolas que se negarem a matricular alunos com NEE sofrem penalidades perante a lei.

Também devemos ressaltar a importância da formação dos professores nas diferentes etapas da educação dos alunos com NEE, como trata o Parecer CNE/CP nº9, pois é de fundamental importância a integração desses alunos nos sistemas de ensino. Em nível superior os cursos de licenciaturas possuem matérias específicas para educação especial e aos professores já formandos, cabe ao Estado fornecer formação específica aos professores para que esses possam se adaptar as necessidades de seus alunos. Como está escrito no Parecer CNE/CEB nº 17, no qual se destaca por sua abrangência, desde a educação básica, como por se basear em diversos documentos sobre educação especial.

Incluir os alunos com NEE aos demais educandos representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, como está previsto no item 4 do Parecer CNE/CEB nº17, bem como de desenvolver o potencial dessas pessoas, as escolas tem que atrair esses alunos com atividades que lhe chamem a atenção para que esses alunos continuem na sala de aula e além disso aprendam. Podemos ressaltar a importância nos sistemas de ensino sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como dispõe a Lei nº 10.436. O aluno surdo tem direito a um intérprete dentro da sala de aula seja no nível básico ao nível superior. O Decreto nº 5.626: regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, então a partir desse decreto fica obrigatório as escolas do ensino regular inserir as duas línguas no ensino regular, isso ajuda para que o aluno surdo possa entender que ele tem autonomia para atuar na sociedade.

Para os alunos cegos foi aprovado o projeto da grafia *Braille* para a língua portuguesa, conforme previsto pela Portaria do MEC nº 2.678, podendo ser utilizado em todo território

nacional e em todas modalidades de ensino. Assim os alunos cegos tem direito ao sistema *Braille* nas escolas regular de ensino. O sistema *Braille* trouxe para a pessoa cega um mundo de oportunidades, possibilitando a profissionalização e a dependência dessas pessoas. Mas para uma boa leitura através do *Braille* a pessoa com deficiência visual deve ser incentivada desde criança. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais de estudo em instituições privadas do ensino superior através do PROUNI (Programa do Ministério da Educação); Programa Incluir, onde as pessoas com deficiência têm garantia de acesso aos IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). O principal objetivo desse programa é garantir a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, buscando eliminar barreiras pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais. É recomendada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, como também a implantação de salas com recursos multifuncionais e uma preparação para aos docentes para o atendimento educacional especializado. Assim a cada tipo de necessidade de seus alunos, promovendo a equidade.

O Decreto nº 6.094 implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas. O PDE veio para ajudar numa escolarização territorial igualadora para o país, diminuindo assim a desigualdade social que existe principalmentena educação.

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano viver sem limite): no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Este plano baseia-se em quatro eixos, são eles: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. Este Plano assegura que as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos respeitado principalmente a educação de qualidade, assim fazendo a equidade em todas as entidades. É dever do Estado, garantir um sistema de educação inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para pessoas com NEE, como está escrito no Decreto nº 7.611. Com isso o Estado tem que promover ações que ajudem os docentes a realizarem uma adaptação escolar para que o aluno com deficiência e/ou com NEE possa usufruir de seus direitos e deveres como qualquer outro na sala de aula.

Quanto à avaliação dos estudantes com deficiência intelectual o MEC/SEESP/GAB nº06 estabelece que é de responsabilidade do professor o atendimento educacional especializado identificar as necessidades educacionais de cada aluno em sala de aula, para poder avaliar, definir e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam melhor no processo de aprendizagem de cada estudante, juntamente com os demais da sala de aula. Por

isso, é importante a interlocução dos professores do AEE e da sala regular. A escola que deve se adaptar aos seus alunos promovendo meios de ensino que os ajude em sua aprendizagem diária, as salas do AEE são um meio de apoio aos alunos com deficiência porque através delas o professor pode explorar em que aspectos seu aluno está com maior dificuldade e assim ajudá-lo a superar suas dificuldades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146, dispõe do direito e da educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, como também o acesso e a permanência, por meio de serviços ofertados e de recursos de acessibilidade. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.

A Lei nº 13.409: dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos cursos técnicos de nível médio e superior das IFES. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, onde contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Este cálculo da cota é feito baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 Pensando em Igualdade de Oportunidades na UFPB

A UFPB já tinha estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais matriculados em diferentes cursos de graduação antes da criação do CIA. Todavia, somente a partir de 2011, a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PRAPE), por meio de uma convocatória aos professores e comunidade acadêmica é que se criou um grupo para discutir as novas ações a serem realizadas pela PRAPE para atendimento aos membros da UFPB dos três segmentos que tinham alguma necessidade especial: professores, servidores técnicos e estudantes. Este grupo foi intitulado como Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). As ações anteriores a 2011 eram feitas pelo Comporta. Polia assim explica:

era um serviço vinculado à PRAPE e atuava com algumas representações, dentre elas, o Nedesp (Núcleo de Educação Especial pertencendo ao Centro de Educação), o Setor de Braille, da Biblioteca Central, e o Centro Suvag, de João Pessoa, que prestava atendimento à população surda (POLIA, 2018, p. 17).

O CIA foi criado oficialmente em novembro de 2013, por meio da Portaria nº 34, pelo Conselho Superior Universitário (CONSUNI), pois após o Decreto 7.234, de julho, de 2010, em que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), A UFPB precisou criar a PRAPE para atender as demandas de assistência estudantil, entre elas, o atendimento educacional estudantil. Assim, a necessidade de se efetivar e implantar uma política de inclusão universitária na UFPB se fazia cada vez mais presente no cenário

acadêmico. Até a criação oficial do CIA, várias foram as reuniões do grupo composto por representantes dos diferentes segmentos e necessidades especiais (deficiências visual, auditiva, intelectual, física e outras, além de profissionais envolvidos com inclusão social/escolar) para se discutir as normativas e a organização do CIA.

Até a Resolução 34/2013 do CONSUNI ser editada, várias foram as discussões e alterações na sua escrita para melhor atender o público ao qual o CIA se presta a servir. E como está descrito na própria resolução, nada se decide sobre e para as pessoas com deficiência sem a participação dos mesmos, por isto é garantida a representativa de todos os segmentos e representantes de diferentes grupos de pessoas com NEE.

Assim está descrito sobre as representatividades no CIA, conforme art. 2º da Resolução 34/2013 (CONSUNI/UFPB):

I. Representante da Pró-Reitoria de Graduação; II. Representante da Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários; III. Representante da Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante; IV. Representante dos discentes da UFPB; V. Representante dos servidores técnico-administrativos da UFPB; VI. Representante dos docentes da UFPB; VII. Representante da comunidade universitária com deficiência visual; VIII. Representante da comunidade universitária com deficiência auditiva; IX. Representante da comunidade universitária com deficiência físico-motora; X. Representante da comunidade universitária com deficiência intelectual; XI. Representante da comunidade universitária com altas habilidades; XII. Representante da comunidade universitária com transtornos globais do desenvolvimento; XIII. Representante da Prefeitura Universitária; XIV. Representante do Núcleo de Educação Especial (Nedesp); XV. Um Representante do Laboratório de Tecnologia Assistiva (Departamento de Terapia Ocupacional/Centro de Ciências da Saúde); XVI. Representante do Laboratório de Acessibilidade (Departamento de Arquitetura/Centro de Tecnologia); XVII. Representante do Setor Braille da Biblioteca Central; XVIII. Representante de Projetos Inclusivos do Campus I da UFPB; XIX. Representante de Projetos Inclusivos do Campus II da UFPB em Areia; XX. Representante de Projetos Inclusivos do Campus III da UFPB em Bananeiras; XXI. Representante de Projetos Inclusivos do Campus IV da UFPB no Litoral Norte; XXII. Representante de Projetos Inclusivos do Campus V (Mangabeira). I- Garantir que os processos seletivos da UFPB sejam acessíveis desde a elaboração dos editais até a sua conclusão.

Ao CIA compete, conforme art. 5, da Resolução 34/2013:

PROGEP a fim de promover cursos de capacitação para tornar a comunidade acadêmica cada vez mais inclusiva; III- Apoiar e Orientar as Coordenações de Curso de qualquer unidade acadêmica para identificar, acompanhar e desenvolver ações a fim de suprir as demandas dos discentes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação; IV- Implementar soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição e para garantir a acessibilidade em todos os âmbitos; V- Criar e Manter canal de comunicação para identificar as demandas individuais da comunidade acadêmica possibilitando soluções a essas dificuldades; VI- Construir agenda de prioridade e elaboração de projetos com metas de execução anual, para a eliminação das barreiras arquitetônicas da UFPB em seus diversos campi; VII- Incentivar à realização de estudos e pesquisas que objetivem identificar ou atender a comunidade acadêmica com deficiência, mapeamento da produção acadêmica relacionada a essas necessidades e incentivo a produção de novas pesquisas que venham a suprir as demandas levantadas; VIII- Estimular o desenvolvimento de projetos de extensão na área de acessibilidade para atender às políticas de inclusão; IX- Identificar linhas de financiamento e agências financiadoras nacionais e internacionais para fortalecer a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da política de inclusão e acessibilidade do estudante com deficiência; X- Disponibilizar para a comunidade acadêmica e para o público em geral dos documentos que constituem o marco político-legal-inclusivo que fundamentam a Política de Inclusão e Acessibilidade do estudante com deficiência da UFPB; XI- Incentivar à oferta de cursos de extensão e especialização presenciais e à distância, de forma que tanto a política de acessibilidade, como o apoio ao desenvolvimento de cultura, gestão e práticas inclusivas se materializem na sociedade paraibana em médio prazo.

Considerando o artigo 2º e 5º da Resolução 34/2013, percebemos que o CIA foi criado observando o atendimento no tocante às demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), na qual o público a serem atendido pela educação especial centra-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento; superdotação/altas habilidades. Todavia, durante as duas primeiras gestões sobre a presidência da Profa. Ms. Andreza Polia, muitos estudantes com outras necessidades apresentaram-se ao CIA para o atendimento especial. Buscando ampliar o atendimento, os princípios do CIA foram estendidos para atender as necessidades especiais no tocante à acessibilidade, pedagógica e mudança de atitudes para com as pessoas com diferentes necessidades, além do Plano Nacional de Educação especial. Isto foi possível pela edição da Resolução 16/2015 (Consepe) que trata sobre a regulamentação dos cursos de graduação, e em seu capítulo I título XXVIII, intitulado “Dos estudantes com deficiência”, art. 268 ampliou o atendimento aos estudantes com outras necessidades (transtorno de déficit de atenção (TDAH); transtornos mentais de diferentes origens com implicações reais na aprendizagem, dislexia, discalculia).

Para garantir o atendimento às demandas de cada membro atendido pelo CIA foi

organizado uma rede de apoio em todos os campi da UFPB, que receberam o nome de Subsede do CIA. Cada Subsede tem a responsabilidade de avaliar, identificar, planejar, dar formação e orientações aos professores e assim como os estudantes que participam do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAAED).

O PAAED o programa de atendimento educacional às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o qual se baseia nas prerrogativas da LDB n.º 9.394/96, especificamente nos artigos 58, 59 e 60 que prevê o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino, além da Portaria 3.284, de 2003 que estabelece as condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Semestralmente, o CIA lança um edital para a efetivação do PAAED, no qual busca selecionar estudantes de diferentes cursos que queiram colaborar no apoio aos estudantes com deficiência. Para se inscrever no PAAED, o universitário precisa atender as normativas do PNAES, quanto ao enquadramento de baixas condições econômicas, como um primeiro dos itens de seleção inicial no processo de seleção do estudante apoiador. As etapas seguintes do processo são: a prova escrita que exige conhecimento básico sobre a deficiência em que o estudante apoiador se submete a auxiliar; a entrevista com a participação do estudante a ser apoiado para verificação de perfil do candidato, junto com um membro do CIA. Em cada etapa, o candidato recebe uma nota, a qual servirá para classificação e nomeação dos estudantes apoiador para as ações do CIA. Após a aprovação, todos os estudantes selecionados pelo CIA recebem formação inicial sobre as necessidades especiais, suas atribuições e aspectos legais sobre processo de inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PAAED apresenta importância social não somente no processo de inclusão da pessoa com deficiência na UFPB, mas também por contribuir na formação social, humana e profissional dos universitários que se comprometem a exercer as funções do PAAED, ao exporem em situações que demandam novas posturas e atitudes quanto às pessoas com deficiência. Dentre as atribuições do estudante apoiador podemos apontar conforme estão previstas, nos diferentes editais do PAAED, desde sua criação: assumirão atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as peculiaridades e necessidades educacionais de cada área de deficiência ou alteração decorrente de sequelas físico-motora, auditiva, visual e

de transtornos funcionais específicos (TDAH). (Editais do PAAED para os anos letivos de 2014 até 2017).

Preferencialmente, os estudantes apoiadores escolhidos são do mesmo curso do estudante com deficiência, mas caso não haja candidatos, o CIA identifica e redireciona outro estudante de curso compatível para que nenhum estudante que pede o apoio do CIA fique sem atendimento.

Dependendo da deficiência e da quantidade de disciplinas que o estudante com deficiência esteja matriculado, o mesmo pode ter de um a mais estudantes apoiador. Cada estudante apoiador recebia uma bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), no ano de 2017, o que equivale cerca de 109 dólares americanos a época. Desde a implantação da Política de Inclusão da UFPB, os índices de estudantes com deficiência têm aumentado e o atendimento as suas demandas também. Polia (2017) afirma que em 2011, antes da criação do CIA, a UFPB tinha registrado atendimento incipiente de 11 estudantes apoiadores, assistido somente 22 estudantes com deficiência; em 2017, já com a consolidação do PAAED, o CIA tinha registrado 688 estudantes com deficiência matriculados, sendo 180 estudantes apoiadores. Vale dizer que nem todos os estudantes com deficiência apresentam demandas educacionais ou de acessibilidade que exigem o CIA a contratar estudantes apoiadores.

Além do PAAED, o CIA tem outros trabalhos organizados e atuantes para implementar mudanças em três aspectos que consideramos desafiadores para a implantação de uma política de inclusão em qualquer instituição de ensino superior: a acessibilidade, as questões pedagógicas e as mudanças atitudinais. Pensando nestes desafios, o CIA criou grupos de trabalhos para poder atingir o que se espera nas atribuições do CIA conforme a resolução 34/2013. São quatro os grupos de trabalho (GT): GT de Acessibilidade pedagógica; GT de Acessibilidade Arquitetônica; GT de Acessibilidade Comunicacional, e o GT de Acessibilidade Atitudinal. Eles foram criados por meio da Resolução 09/2016 do Consuni e tem regimento próprio. Cada GT tem atribuições diferenciadas, são elas (art. 7, 8, 9, 10 da Resolução 9/2016 Consuni):

Compete ao GT de Acessibilidade Pedagógica as seguintes atribuições:

- I - Elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB;
- II - Assessorar os professores e pessoal técnico administrativo, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade pedagógica relativa às atividades de natureza acadêmica;
- III - Planejar e realizar reuniões periódicas com os estudantes assistidos pelos Programas criados e/ou supervisionados pelo CIA;
- IV - Participar dos processos seletivos realizados sob responsabilidade do CIA, a exemplo do Programa Estudante Apoiador;

V - Organizar, promover e estimular a realização de pesquisas na área da inclusão e acessibilidade pedagógica, a fim de subsidiar as ações inclusivas da UFPB;

VI - Promover espaços e momentos educativos para a comunidade acadêmica, articulando ações que integrem os diferentes centros e campi em prol da construção de uma cultura de inclusão;

VII - Criar espaços e veículos para difusão das pesquisas realizadas na área da inclusão e da acessibilidade na UFPB;

VIII - Elaborar material informativo para a comunidade acadêmica da UFPB, que contemple as necessidades e dificuldades relativas à inclusão e acessibilidade.

Compete ao GT de Acessibilidade Atitudinal as seguintes atribuições:

I - Contribuir para a sensibilização da comunidade universitária quanto às pessoas com deficiência;

II - Identificar e aplicar dinâmicas a serem ministradas em salas de aula, eventos e demais ambientes da UFPB, objetivando a sensibilização para a deficiência das pessoas;

III - Elaborar material com informação sobre formas corretas e eficazes de atuação para apoio às pessoas com deficiência.

Compete ao GT de Acessibilidade Comunicacional as seguintes atribuições:

I - Divulgar todas as ações, projetos e iniciativas propostos pelo CIA e pelos GTs;

II - Cuidar da manutenção das ferramentas de comunicação do CIA, a exemplo de páginas web, canais de redes sociais e divulgações nas mídias; III - Divulgar produtos criados pelo CIA, a exemplo de folders, cartilhas, peças de apoio à acessibilidade, campanhas, eventos e quaisquer outras iniciativas do CIA;

IV - Planejar e executar, conjuntamente com o CIA, ações de comunicação e acessibilidade, como cursos, campanhas, projetos e outros, voltados à comunidade universitária;

V - Contribuir para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB.

Compete ao GT de Acessibilidade Arquitetônica as seguintes atribuições: I - Realizar periodicamente coleta e análise de dados referentes à estrutura de cada campus, a fim de se entender as condições de inclusão e acessibilidade da UFPB;

II - Colaborar para a difusão dos conceitos de inclusão e acessibilidade na UFPB no sentido de atender a legislação vigente e a premissa de uma universidade mais inclusiva;

III - Assessorar o CIA, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade Arquitetônica na UFPB;

IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB.

Para ser coordenador de cada GT, a presidência do CIA faz a indicação, conforme o perfil e as demandas de cada GT, considerando-se que o coordenador deve ser servidor do quadro de efetivos da UFPB. Os demais membros podem ser estudantes, professores e servidores que demonstrem interesse nos trabalhos de cada GT. A ideia é que em todos os campi possam ter ações dos diferentes GT, desenvolvidas pelas Sub-sedes do CIA. Como Polia (2017) aponta: um dos maiores desafios para a manutenção do GTs é que as funções dos mesmos não são consideradas nem como atividades extracurriculares e nem para progressão funcional de servidores. Sendo assim, muitos dos coordenadores e/ou participantes são militantes da causa de inclusão e querem fazer o melhor para favorecer a inclusão

universitária.

Após a caracterização do CIA, fazem-se necessárias a apresentação de suas conquistas e seus desafios durante 2013 a 2017. Para isto, utilizou-se dos diferentes relatórios de trabalho e do CIA publicados na página do CIA, no site da UFPB, lotado no link <http://www.ufpb.br/cia>. Neste endereço eletrônico encontram-se várias informações sobre o CIA, dentre eles: números de atendimentos, relatórios de GTs, relatórios de Subsedes, editais do PAAED, manuais de orientação para atendimento às pessoas com deficiência, além de artigos científicos na área. Especificamente sobre o número de atendimentos da UFPB, podemos analisar que houve um crescimento significativo nas matrículas de estudantes com deficiência. Após a criação do CIA, nota-se um aumento significativo de estudantes com deficiência, esses dados afirma o quão importante foi a criação do CIA, visto que, possibilitou aos estudantes com deficiência a sua permanência no ensino superior.

O estudante apoiador (EA) possui diversos papéis a serem desenvolvidos para o estudante com deficiência e/ou com NEE como já foi descrito anteriormente; sendo a sua atuação principal a de garantir o acesso ao currículo escolar por meio de orientações de estudos individualizados e explicações sobre o conhecimento em estudo, além de preparação de materiais acessíveis aos seus apoiados. Abaixo apresentamos os dados de crescimento dos estudantes apoiados e apoiadores nos diferentes campi (tabela 1, 2, 3 e 4), respectivamente nos anos de 2014, 2015 e 2016. Para o ano de 2017 não foram encontrados os dados no site do CIA.

Tabela 1: Números de alunos apoiados e apoiadores nos Campus I

CAMPUS I	2014	2015	2016
Estudantes Apoiados	25	64	95
Estudantes Apoiadores	31	80	149

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 2: Números de alunos apoiados e apoiadores do Campus II

CAMPUS II	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	2	6	8
Estudantes apoiadores	3	11	13

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 3: Números de alunos apoiados e apoiadores do Campus III

CAMPUS III	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	1	7	15
Estudantes apoiadores	1	13	24

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Tabela 4: Números de alunos apoiados e apoiadores do Campus IV

CAMPUS IV	2014	2015	2016
Estudantes apoiados	1	2	4
Estudantes apoiadores	1	4	10

Fonte: CIA, Relatórios dos apoiados e apoiadores, 2014, 2015, 2016

Disponível na página: <http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>.

Os dados das Tabelas acima mostram que, os números de estudantes apoiados e de apoiadores cresceu anualmente, apesar desse crescimento o número de universitários com deficiência ou NEE ainda é pequeno em relação ao número de universitários presentes na universidade. No Campus I, de 2014 a 2016 teve um crescimento no número de estudantes apoiados de 380 % e de estudantes apoiadores foi de 480%. No campus II, de 2014 a 2016 o crescimento foi de 400% para o registro de estudantes apoiados e de 433,3% no registro de estudantes apoiadores. No Campus III, durante os anos de 2014 a 2016 o total de estudantes apoiados cresceu foi de 1 para 15, o que significa 1500% e apoiadores foi de 1 para 24 estudantes.

No Campus IV, durante os anos de 2014 a 2016 o crescimento foi de 1 para 4 estudantes apoiados; e de 1 para 10 estudantes apoiadores. Os dados mostram também que o número de estudantes apoiadores é a maior que o número de alunos apoiados isso acontece porque dependendo da deficiência um universitário com NEE demanda de mais de um estudante apoiador devido as ações a serem realizadas. Como por exemplo, o estudante surdo/cego porque tem grande dependência do apoiador para ter direito a 2 ou mais estudantes apoiadores.

Especificamente, sobre os estudos e a criação de ações inclusivas na UFPB, o Gts assume as responsabilidades em cada área específica que demanda a eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais ou comunicacionais. Sendo assim, descreveremos as ações destes Grupos de Trabalho, ao longo dos anos estudados durante esta pesquisa.

4.1 AS AÇÕES DOS GT DO CIA

Quanto aos trabalhos desenvolvidos pelos GTs, durante o período analisado cada GT atuou em áreas específicas para consolidar as ações do CIA, como está previsto nas atribuições conforme art.5º da Resolução 34/2013. Abaixo estão as ações por cada GT associado ao CIA.

4.1.1 As Ações do GT de Acessibilidade Pedagógica

As ações desenvolvidas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2015 se integrou ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças a fim de dinamizar suas ações. No ano de 2015 foi avaliado que a greve dos professores foi um fato que atrapalhou a execução das atividades planejadas pelo GT de Acessibilidade Pedagógica, tendo em vista que inviabilizou as reuniões dos membros, principalmente, os que vêm de outros campi e dependem de transporte, impossibilitou a realização da pesquisa articulada entre saúde e educação junto aos estudantes com deficiência e apoiadores (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2015). Outro problema que houve durante a greve, foi que os estudantes pouco acessaram os *e-mails* e não estiveram disponíveis para colaborar com a pesquisa.

Houve a organização e realização do I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas. Os objetivos propostos foram alcançados na execução do evento. O evento reuniu estudantes da UFPB, professores, representantes de ONGs e pessoas com deficiência (aproximadamente 100 pessoas).

O GT de Acessibilidade Pedagógica, grupo de trabalho que compõe o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, durante o ano de 2016 atuou de maneira integrada ao Grupo de Pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às diferenças, coordenado pela professora Sandra Santiago. Para isso, foi necessário a realização de seleção de 2 estagiários para compor o GT de Acessibilidade Pedagógica, além da participação de estudantes voluntários. Neste mesmo ano, foi realizado um levantamento e seleção das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes assistidos pelo Programa Aluno Apoiador, com o objetivo de serem criadas estratégias de solução para cada caso.

Neste ano de 2016, o GT trabalhou bastante, principalmente, sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica com realização de reuniões e planejamento de eventos como: oficinas de teatro para preparação de esquetes com a equipe dos GTs e voluntários do grupo de estudo e pesquisa sobre Educação, Inclusão e Respeito às

diferenças, realização dos ensaios de enquete para produção de vídeo de sensibilização sobre o tema acessibilidade e inclusão, produzido a partir de relatos das dificuldades dos estudantes com deficiência da UFPB, divulgação das ações do CIA e GT de Acessibilidade Pedagógica e eventos de sensibilização para a semana de luta da pessoa com deficiência que ocorreu no Campus I da UFPB.

Dentre as ações realizadas destaca-se: a criação de grupos de comunicação via *whatsapp*, visto que, possibilitou uma maior aproximação entre o GT; a entrada de voluntários no GT; a realização de palestras sobre inclusão e acessibilidade (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2016).

As ações desenvolvidas pelo GT Acessibilidade Pedagógica durante o ano de 2017 atendeu algumas demandas solicitadas. Dentre estas demandas podemos citar o caso de uma estudante com deficiência visual do curso de Psicopedagogia, onde sua coordenadora de estágio supervisionado da clínica de Psicopedagogia procurou o CIA para que fosse possível verificar as necessidades de adaptação que a aluna estava necessitando para a realização do seu estágio curricular. Para este caso, foi preciso conhecer os materiais e o espaço clínico de estágio e estabelecer momentos de orientação específica juntamente aos professores e supervisores da aluna na clínica Psicopedagogia. Para o episódio da estudante com deficiência auditiva do curso de pedagogia que solicitava apoio do CIA, foi necessário buscar informações juntamente com a coordenação do curso para que fosse possível detectar as necessidades da aluna. A coordenação foi orientada sobre o assunto e a estudante foi avaliada para a identificação das suas necessidades.

Uma estudante cega do curso de Terapia Ocupacional que realizava atividades práticas laboratoriais (histologia): sua professora necessitava de orientação para tornar a aula acessível à aluna, fazendo adaptações dos materiais utilizados no laboratório, assim como suas avaliações. Para este caso, foi proposto que, fossem mantidas reuniões com a professora, com objetivo de orienta-la sobre as adaptações curriculares e materiais que gerassem acessibilidade pedagógica para serem utilizados durante as aulas.

Dois estudantes com TDAH (sendo um do curso de Ciências Contábeis e o outro de Matemática Computacional); Para o caso do estudante com TDAH, do curso de ciências contábeis, que solicitou uma abreviação do curso, o CIA manteve contato com o professor da PRG, emitindo um parecer a respeito da negativa do pedido de abreviamento de curso. Para o caso do estudante com TDAH do curso de matemática computacional, que necessitava do apoio do CIA para não desistir do curso ou ser jubilado, foi preciso o seu encaminhamento ao CIA para fazer avaliação e fazer as orientações gerais sobre sua situação (o caso).

Sobre o caso do estudante surdo de licenciatura em Matemática que enfrentava dificuldades para acompanhar o curso, foram realizadas reuniões com sua apoiadora para orientá-la sobre o tipo de apoio que o aluno necessitava (necessitado pelo aluno apoiado), além disso, o estudante apoiado passou por avaliações com objetivo de serem detectadas suas reais necessidades de adaptação.

A respeito do caso de uma estudante surda do curso de Pedagogia que solicitava apoio do CIA, foi necessário buscar informações juntamente com a coordenação do curso para que fosse possível detectar as necessidades da aluna.

A coordenação foi orientada sobre o assunto e a estudante foi avaliada para a identificação das suas necessidades. E um estudante surdo-cego da Pedagogia que abriu um processo contra a sua professora, foi necessário ouvir o CIA a respeito do caso, para averiguações e encaminhamentos.

Para todos estes casos foram desenvolvidas ações que pudessem atender a necessidade de cada universitário. É importante considerar que o GT Acessibilidade Pedagógica enfrenta dificuldades como, por exemplo, a falta de literatura, pois nem sempre é possível encontrar nas literaturas sugestões que auxiliem no atendimento aos estudantes com deficiência e a falta de profissionais de diferentes áreas. Além disso, houve pouco espaço de tempo para realização das orientações e adaptações específicas aos estudantes e também orientação dos professores. A baixa frequência dos membros do GT de Acessibilidade Pedagógica também dificultou a comunicação para discussão dos casos, resolução de problemas e divisão das responsabilidades assim como a falta de recursos do GT para a aquisição de materiais para fazer as adaptações.

Mesmo diante das dificuldades o GT Acessibilidade Pedagógica busca solucionar os casos que chegam, pois promover a inclusão é a meta (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Pedagógico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica, no período de 2013-2017, atendeu algumas solicitações que chegaram ao CIA, também realizaram eventos como por exemplo, I Seminário sobre Políticas e Práticas Inclusivas, trabalharam sobre a questão de conscientização e sensibilização na comunidade acadêmica, como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni:

Compete ao GT de Acessibilidade Pedagógica as seguintes atribuições: I - Elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB; II - Assessorar os professores e pessoal técnico administrativo, quando solicitado, nas questões relativas à acessibilidade pedagógica relativa às atividades de natureza acadêmica.

4.1.2 As Ações do GT de Acessibilidade Arquitetônico

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico durante o ano de 2014, priorizou três ações, foram elas: proposição de projeto para novo espaço sede do comitê de inclusão e acessibilidade - espaço acessível; elaboração do material de orientação e mobilidade da UFPB e elaboração de retrato das condições de acessibilidade dos Campi da UFPB. A Prefeitura Universitária que ficou com a responsabilidade sobre essas ações. O objetivo geral foi montar um retrato das condições de acessibilidade dos Campi da Universidade Federal da Paraíba que são: Campus I, na cidade de João Pessoa, o núcleo de Direito em Santa Rita, o Campus II, na cidade de Areia, o Campus III, na cidade de Bananeiras, o Campus IV, Nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto e o Campus V em Mangabeira. Também foi feito um levantamento bibliográfico para reunir temas envolvendo à acessibilidade, levantamento de dados através de projetos, mapas e em campo, para se ter um conhecimento geral dos campi, também foi feita análise dos dados recolhidos apontando os principais problemas.

Os Campi I, II, III, IV e V foram encontrados problemas de acessibilidade. Para o ano de 2015, o GT- Arquitetônico apontou os Campi de Areia e Bananeiras a ser realizado um diagnóstico mais aprofundado, visto que apresentaram mais pontos críticos em relação aos demais (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2014).

Sobre o Campus II, em Areia, O GT Pedagógico, coordenado pela prof^a Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger, elaborou o relatório técnico sobre as condições de acessibilidade de diferentes áreas do campus, entre eles, diferentes departamentos, prédio central de aulas, laboratórios, auditório e Restaurante universitário. O que apontou que há necessidade de reformar em diferentes áreas do campus II, mesmo tendo prédios novos que foram construídos dentro do período que já existia a ABNT 9050/2015 (CIA, Relatório técnico da Subsede Areia, 2015).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico durante o ano de 2017, buscou aprimorar o projeto “Caminho Livre”, visto que, as informações na *web* sobre geolocalização eram poucas. Sendo assim, foi desenvolvido um sistema de *web* de código aberto, possibilitando assim a criação de mapas georeferenciados, identificando sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Desta forma, é possível que pessoas com necessidades especiais tenham acesso. No início esse sistema *web* de código aberto ficou disponível para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB, posteriormente o objetivo da equipe envolvida

seria expandir a solução para toda a UFPB (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho Arquitetônico, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônico apontou que em todos os campi (I, II, III, IV e V) foram encontrados problemas de acessibilidade. Também desenvolveram um sistema de web de código aberto, para identificação sobre a presença ou ausência de acessibilidade. Como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni, a atuação do GT arquitetônico trabalha como está previsto, mas ainda encontra dificultadores para melhoria nos aspectos específicos de eliminação de barreiras. Assim está previsto (Resolução 34/2013):

Compete ao GT de Acessibilidade Arquitetônica as seguintes atribuições: IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB.

4.1.3 As Ações do Grupo de Trabalho de Comunicação

O Grupo de Trabalho de Comunicação durante o ano de 2017 intensificou a comunicação utilizando dos recursos da divulgação dos serviços, projetos, editais, eventos, folders e campanhas promovidas pelo CIA, com a finalidade de manter a comunidade informada do que é feito na UFPB. Neste mesmo ano foram instalados programas assistivos para deficientes visuais nos computadores, na Biblioteca Central, nas setoriais e nos laboratórios de informática da universidade. O GT de Acessibilidade de Comunicação também ressaltou a importância de manter as pessoas informadas sobre a pessoa com deficiência. Utilizou também os recursos de reportagens, notas e notícias, todas disponíveis na plataforma do *facebook* da UFPB. O resultado das postagens na página foi aumentando gradativamente à medida que era compartilhado histórias de superação, matérias explicando sobre síndromes, transtornos e deficiência (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade de Comunicação intensificou a comunicação, visto que, quanto mais utilizar dos recursos da divulgação dos serviços, Projetos, eventos, entre outros, mantendo sempre informações do que é feito na UFPB. Como aponta na resolução 34/2013 do Cosuni:

Compete ao GT de Acessibilidade Comunicacional as seguintes atribuições: I - Divulgar todas as ações, projetos e iniciativas propostos pelo CIA e pelos GTs; V - Contribuir para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB.

As postagens com maior interação do público durante o ano de 2017, se deu pela mobilização para aquisição de dinheiro para a compra de uma cadeira de rodas para uma

universitária que não tinha condições de adquiri-la. Tal postagem teve o alcance superior de 4.000 mil pessoas. A postagem do edital de seleção para aluno apoiador que alcançou quase 5.000 mil pessoas e a postagem do edital para seleção de estagiários para o CIA que alcançou quase 4.000 mil pessoas. Neste mesmo ano no mês de setembro foi comemorado o dia da Pessoa com Deficiência e o CIA decidiu fazer ações durante todo o mês, envolvendo ações comunicacionais, pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais por toda a UFPB. Tudo que foi realizado está registrado e divulgado na página do *facebook* do CIA. (CIA, RELATÓRIOS, Grupo de Trabalho de Comunicação, 2017).

4.1.4 As ações do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal

No site do CIA não foram encontrados relatórios do GT atitudinal para que pudéssemos descrever as ações e avaliar. O que impossibilitou-nos de trazer a descrição das ações. Isto, não significa que não houve ações, mas como não há relatórios, não podemos afirmar que as ações deste GT estavam dentro do que se aponta da resolução 34/2013 do Consuni.

É necessário, ainda, apontar as ações do CIA por meio das parcerias e laboratórios de apoios. São parcerias interdepartamental e interinstitucional com atendimentos especializados nas áreas psicológicas, fonoaudióloga, terapêutica ocupacional e outras parcerias. Conforme Polia, (2018) descreve são elas: o Lavita (Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional) fica responsável de receber os encaminhamentos de tecnologia assistiva e/ou adaptar mobiliários e outros equipamentos de uso cotidiano; o Lacesse (Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura) é quem auxilia no mapeamento da acessibilidade arquitetônica de todos os campi, desenvolvendo pesquisas acadêmicas nessa área de atuação.

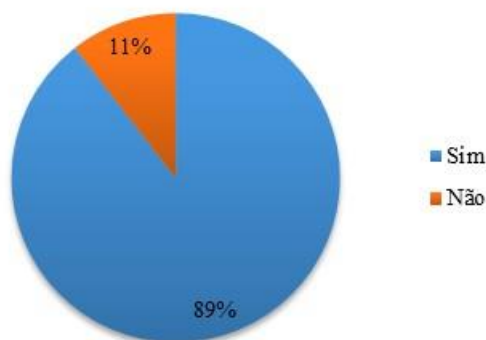
O que podemos constatar, é que ao longo de 2013 a 2017, as ações do CIA tem se consolidado, em busca de garantir o melhor atendimento aos estudantes com deficiência e NEE. Para podermos avaliar como estão sendo feitos os atendimentos e ações do Programa Estudante Apoiador, é necessário uma pesquisa de campo com entrevistas com os atores do PEA: estudantes apoiados e apoiadores. Sendo está uma lacuna a qual não tivemos aqui a intenção de avaliar e discutir devido ao objeto de estudos para esta pesquisa. Vale informar que no ano de 2018, não obtivemos dados em relação as ações dos GTs devido a falta de publicação dos relatórios na página do CIA.

Daremos continuidade as ações de pesquisa para podermos analisar os dados estatísticos sobre a segunda etapa da pesquisa que se focaliza, especificamente, nas ações do PAAED, sob o olhar dos estudantes apoiados e apoiadores.

4.1.5 O olhar dos estudantes apoiados pelo Comitê sobre o Programa Estudante Apoiador

A adesão de 45,78% (38 número absoluto) dos estudantes com NEE à pesquisa demonstra interesse na temática educacional e a cerca do tema inclusão na UFPB; assim como na melhoria das atividades realizadas pelo CIA. Através do Gráfico 1 percebemos que 89% contribuíram de forma espontânea com nossa pesquisa.

Gráfico 1. Percentual de participantes

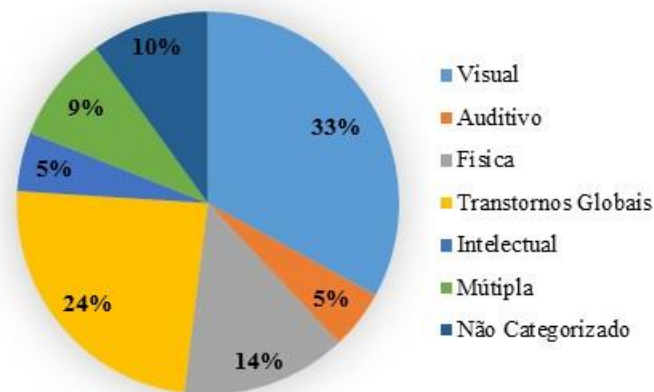


Fonte: Dados da pesquisa

Dos 38 participantes, vinte e nove contribuíram espontaneamente em todas as perguntas a serem apresentadas a seguir. Em outras, os demais se omitiram.

Dentre os principais tipos de deficiência registradas no Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), foram destacadas deficiência visual e transtornos globais do desenvolvimento, seguido da deficiência física, múltipla, auditiva, intelectual e algumas não categorizadas como observado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Tipo de deficiência registrada no CIA



Fonte: Dados da pesquisa

Todo estudante que apresente deficiência e/ou necessidade educativa especial (NEE), e que apresente vínculo com a instituição pode ser atendido pelo CIA, desde que seja comprovado por laudo médico ou avaliação. Como destaca resolução nº 16/2015:

Art. 268 são considerados estudantes com deficiência aqueles que necessitem de procedimentos ou recursos educacionais especiais decorrentes de:
 I-Deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla;
 II-Transtornos globais do desenvolvimento;
 III-Altas habilidades ou;
 IV-Transtornos ou dificuldades secundárias da aprendizagem.
 Parágrafo único. O registro das necessidades educacionais especiais do estudante é de competência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, através de laudos emitidos por profissionais habilitados.

Por assim ser, o CIA, atende a demanda desse público dentro da UFPB buscando a equidade de seus direitos e seguindo o que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Dessa maneira tem aumentado gradativamente o número de estudantes com deficiência no ensino superior, mesmo que a passos lentos, a cada início de período letivo é possível observar um número maior de estudantes cadastrados no CIA. Não foi possível coletar os dados referentes à quantidade de estudantes atendidos em 2018 que seria o ano de fechamento da presente pesquisa, tornando-se necessário trabalhar com os dados do ano seguinte. Em setembro de 2019 foi constatado 83 estudantes apoiados, distribuídos em todos os campi, destes, seis (6) eram atendidos pela subsele de Areia (CIA, RELATÓRIOS, Quantitativo do Programa Aluno Apoiador, 2019). Já em maio de 2020 foi feito um mapeamento a fim de quantificar os alunos em atendimento pelo Programa Aluno Apoiador até o ano de 2019, constatando um percentual de 36,98% (196 discentes) com deficiência e/ou NEE em

atendimento pelo programa, sendo 10 atendidos pela subsele de Areia. Até o ano de 2019, a UFPB contou com a presença de 3850 estudantes com NEE (CIA, RELATÓRIOS, Mapeamento apoiados e apoiadores, 2020), sendo que em 2013, havia somente 173 alunos. Estes dados mostram o aumento significativo nos muitos anos, em número de matrículas e atendimento de estudantes pelo CIA (CAVALCANTE, 2015, CIA, 2020).

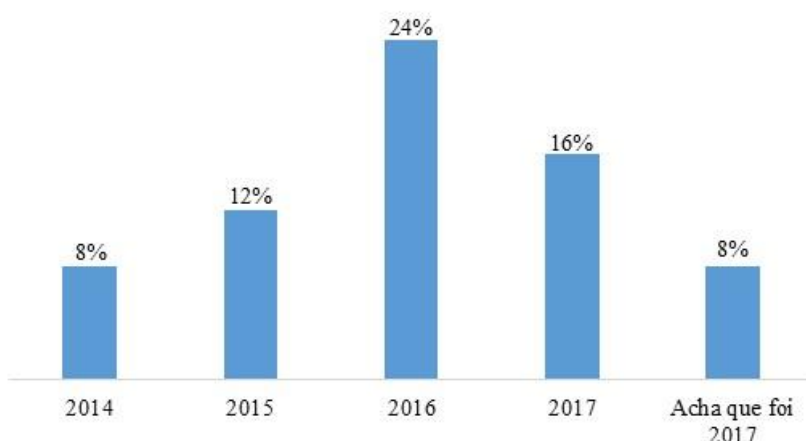
No ano de 2015 a subsele de Areia atendia 6 apoiados e 11 apoiadores (CIA, 2016). Quando perguntamos com relação ao ano que começaram a ser atendidos pelo CIA, a menor proporção de estudantes foi identificada em 2014, tendo em vista que o CIA foi criado em 2013, ou seja, ainda não estavam totalmente inteirados sobre a resolução nº 34/2013 que garante o atendimento a esse público:

Art. 1º- Instituir a Política de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba, que tem como princípios e valores:

I -A inclusão vista como um processo de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de toda a comunidade universitária, através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, nas relações interpessoais, nas decisões para a construção de uma cultura inclusiva.

Podemos perceber através da representação do Gráfico 3, que a procura pelo atendimento prestado pelo CIA, tem aumentado nos anos subsequentes com uma maior demanda de 24% no ano de 2016 , 16% no ano de 2017 mais 8% que não tem certeza, mas acreditam ter sido em 2017. Os demais não responderam.

Gráfico 3. Ano que começou a ser atendido pelo CIA



Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que o item acho que foi em 2017 é apontado por participantes que não se lembram do início do atendimento.

Quando perguntados sobre o conceito de inclusão, os participantes apresentaram um

conhecimento pré – definido. Informamos que por opção mantemos o português escrito utilizado pelos participantes. Assim alguns se expressaram:

A8 Entendo que todos tem direitos iguais e assim sendo pessoas portadoras de alguma deficiência pode sim cursar qualquer área de interesse pessoal, então todos devem de alguma forma colaborar para que tais pessoas como eu possam prosseguir na caminhada acadêmica. E sim dentro de suas competências evoluídas ter direito de ser contemplado com as mesmas contribuições que os demais alunos recebem do governo.

A11 Significa incluir dando direitos de receber aquilo que por lei nos é garantido, ou seja, uma qualidade de vida e direito à educação longe dos campos de segregação e rejeição.

A12 Dar possibilidades para que o deficiente ingresse na universidade e posteriormente dar recursos para se manter no curso e concluir.

A14 Fazer com que todos os alunos (independente das condições, físicas, mentais, emocionais, de renda e etc) possam alcançar seus objetivos e potenciais na graduação.

A24 A garantia de permanência do aluno com deficiência, assegurando-lhe em igualdade de condições com os demais estudantes, o direito de ir e vir dentro da instituição e o acesso a todos os materiais pedagógicos adequados, dentre eles: computador, tablet, gravador, linha *Braille*, equipamentos e pessoas para transcrição e interpretação de métodos e línguas criados para assistência dos discentes com deficiência.

A25 Gerar condições materiais e imateriais que promovam acesso, sociabilização e acolhimento, para tornar a pessoa apta a um ofício de nível superior, que lhe dê melhor qualidade de vida.

Podemos observar através dessas falas, que a maioria entende que o termo inclusão está relacionado ao acesso, esquecendo ou deixando de lado a importância da igualdade de oportunidades, pois não se pode incluir sem que as oportunidades ofertadas sejam iguais (MANTOAN, 2003). Podemos exemplificar, através do fato de oferecer uma cadeira de rodas a uma pessoa com deficiência física não garante que esta conseguirá deslocar-se com facilidade para todos os locais que deseja, pois o uso de cadeira de rodas, não garante o seu acesso aos diferentes locais sociais e o que nos remete a compreender que podem não estarem exercendo o direito de cidadania plena.

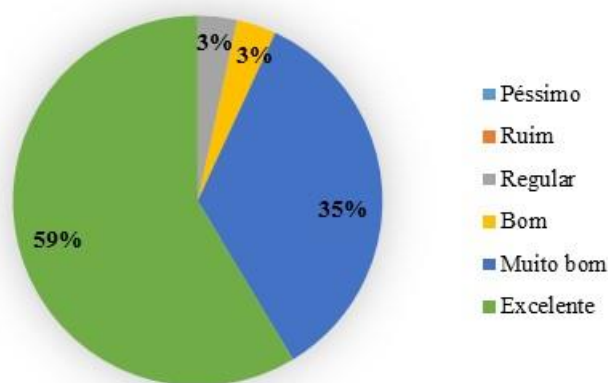
Portanto, acessibilidade caracteriza-se como a possibilidade de condições de autonomia a pessoa com deficiência e/ou NEE. De acordo com a NBR 9.050 (ABNT, 2015) acessibilidade é:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com intuito de incluir, o CIA criou o programa estudante apoiador, que vem possibilitando aos estudantes com deficiência e/ou NEE a oportunidade de ingressarem na

UFPB, com a disponibilidade de recursos e meios que garantem sua acessibilidade, autonomia e permanência nos mais variados locais. No Gráfico 4, os estudantes apoiados apontaram a importância do auxílio prestado pelos apoiadores.

Gráfico 4. Classificação do auxílio prestado pelo estudante apoiador



Fonte: Dados da pesquisa

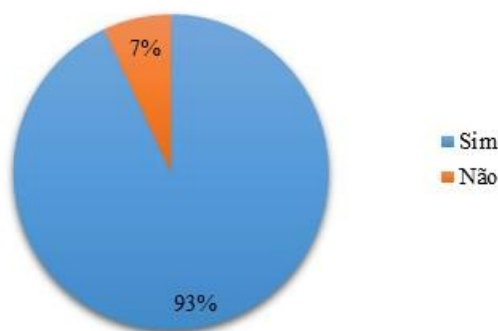
Para Cavalcante e Daxenberger (2018), o programa estudante apoiador garante a permanência dos alunos com deficiência e/ou NEE em seus cursos, e oferece acessibilidade:

Todo esse acesso se deve ao trabalho realizado pelo aluno apoiador, que tem papéis bastante diferenciado e que vai depender da necessidade de cada aluno com deficiência e/ou NEE. (CAVALCANTE E DAXENBERGER, 2018, p.50)

Nessa perspectiva, o programa estudante apoiador tem desempenhado atividades inclusivas, onde o apoiador realiza funções e atividades para além da sala de aula, pois o mesmo cria um vínculo com seu apoiado, aprende a respeitar suas limitações e diferenças tornando prazerosa a relação entre apoiado e apoiador.

No Gráfico 5, é possível verificar que o acompanhamento tem proporcionado melhorias acadêmicas, visto que 93% dos entrevistados evidenciaram melhoras após serem acompanhados por um estudante apoiador, enquanto que 7% demonstrou não ter observado nenhuma mudança, em muitas situações o estudante apoiador consegue desempenhar funções de professor, amigo, irmão, pai, mãe, ou melhor, a relação criada em muitos casos é realmente afetuosa. Essas categorias de funções foram listadas pelos participantes.

Gráfico 5. Melhoria acadêmica após acompanhamento do estudante apoiador



Fonte: Dados da pesquisa

Cavalcante e Daxenberger (2018) complementam a cerca do programa estudante apoiador:

Vale ressaltar que os AA tornam-se um cidadão consciente e sensibilizado diante das necessidades que outras pessoas apresentam, pois além do auxílio pedagógico oferecido aos alunos apoiados, os AA vivenciam experiências únicas de conscientização, solidariedade, apoio, respeito e na construção de prática inclusiva durante seu percurso acadêmico e vivências na UFPB.

Em seus estudos, Cavalcante e Daxenberger (2018) apresentam sobre a importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior, o que coadunam com a presente pesquisa. Elas verificaram através de relatos de coordenadores o quão favorável é a contribuição desses estudantes apoiadores no desenvolvimento acadêmico dos apoiados. A partir da seguinte fala, podemos verificar a importância desses estudantes:

O projeto Aluno Apoiador, ele é extremamente necessário porque ainda que eu consiga (sic) comprar todos os equipamentos de tecnologia assistiva, eu ainda acredito que o aluno precisa de uma ponte dentro da sala de aula[...] Então o AA, ele é necessário para dar igualdade de oportunidades e é uma das ferramentas que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade utiliza para isso (sic) e para dar um suporte para esse aluno com deficiência que está chegando novo na universidade e precisa ter uma referência em sala. (CAVALCANTE, E DAXENBERGER, 2018, p. 39)

Os apoiados entrevistados relataram ter vivenciado na universidade fatos que dificultaram seu desenvolvimento acadêmico, como por exemplo, dificuldades na matrícula (7%), no atendimento da perícia médica (5%), na acessibilidade arquitetônica (12%), atitudinal (17%), no atendimento de registro no CIA (6%), no acompanhamento do estudante apoiador (9%), na plataforma SIGAA não acessível (10%), entre outros. Sendo que a acessibilidade pedagógica (27%) foi a mais citada pelos estudantes (Gráfico 6). Isto nos

possibilita afirmar que os docentes têm apresentado dificuldades no atendimento aos estudantes com NEE, e isso dificulta não somente o aprendizado dos estudantes como também a permanência desses no ensino superior, podendo em alguns casos ocorrer à desistência do estudante de seu curso.

Especificamente sobre a questão pedagógica, podemos observar que a readequação de matrizes curriculares dos cursos, assim como a metodologia aplicada em sala de aula por alguns professores poderia facilitar o desempenho acadêmico, além da necessidade de uma maior flexibilidade por parte dos professores com os estudantes atendidos pelo CIA.

Uma maneira para superar tal dificuldade, seria o CIA oferecer momentos formativos aos docentes da UFPB, sobre inclusão e adaptações curriculares ou de acesso ao currículo para o atendimento de cada NEE.

Gráfico 6. Dificuldades que enfrentou na universidade



Fonte: Dados da pesquisa

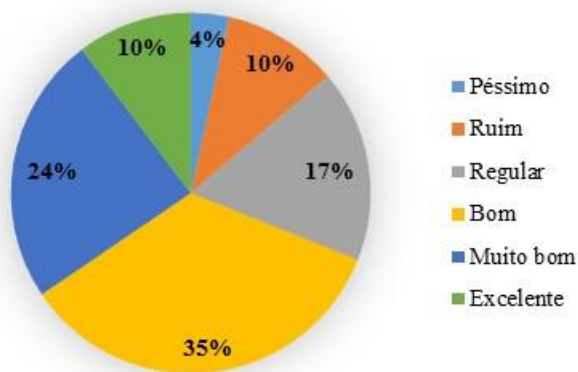
As universidades devem estar preparadas para receber todo estudante, se não estiver apta a esse atendimento, devem se adaptar. Quando ocorrem as adaptações curriculares para o estudante ter garantido suas oportunidades, a universidade atende as normas e regras existentes na legislação. Sobre isto podemos apontar LDB nº 9.394/1996, especificamente no art. 59 parágrafo III que traz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
 III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Além das barreiras pedagógicas já citadas anteriormente, os estudantes participantes mencionaram as barreiras arquitetônicas como empecilho para melhor desenvolvimento

acadêmico, como observado no Gráfico 7.

Gráfico 7. Classificação de acessibilidade na UFPB



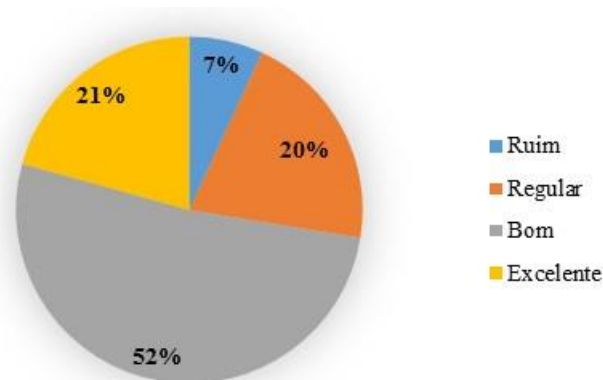
Fonte: Dados da pesquisa

O que nos leva a concluir que a UFPB ainda necessita de reformas, para tornasse acessível, e esse fato é relatado através da fala de um dos entrevistados:

A1 O simples fato de não conseguir entrar pela porta da frente da biblioteca central, (campus I) torna a UFPB um lugar inacessível.

Tratando-se do campus II-Areia, a situação é ainda mais delicada, por situar-se em uma área de alta declividade natural. Os relatos de falta de acessibilidade são ainda maiores, pois as ladeiras existentes no campus dificultam na realização das atividades diárias, para todos.

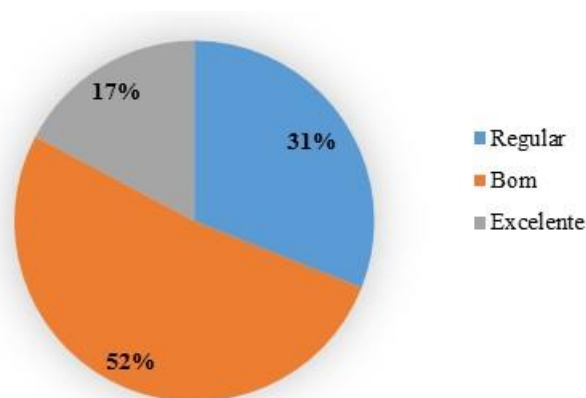
Ao tratar-se da relação dos estudantes apoiados com os demais, os mesmos relataram apresentar uma boa relação, no entanto ainda são muitos os casos de preconceito vivenciados dentro da instituição, que se caracteriza como barreiras atitudinais que também merecem uma análise, e estudos que contribuam com a minimização dessas barreiras. No gráfico abaixo (gráfico 8) encontra-se esquematizado a proporção da relação dos estudantes apoiados com os demais estudantes que não apresentam deficiência.

Gráfico 8. Relação com os outros estudantes

Fonte: Dados da pesquisa

Esses percentuais negativos podem deixar de existir futuramente, desde que sejam trabalhados de maneira correta, e esclarecidos para o público que não apresenta deficiências sobre a falta de informação sobre as necessidades especiais ou a quebra de barreiras atitudinais que acabam por trazer questões de preconceito aos estudantes com deficiência.

Tratando-se da relação entre estudantes e professores, os entrevistados destacaram ter uma boa relação, como observado no gráfico abaixo. Nenhum participante descreveu que a relação era ruim entre professor e estudante.

Gráfico 9. Relação com os professores

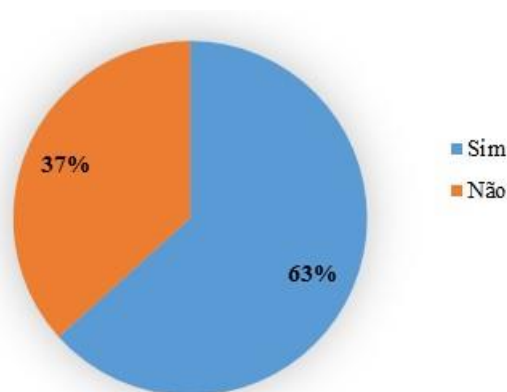
Fonte: Dados da pesquisa

Partindo do pressuposto que a melhor afinidade e relação, entre professor e estudante ocorre quando existe um reconhecimento de suas limitações e habilidades. Esses resultados correlacionados sobre as barreiras pedagógicas permitem-nos afirmar a necessidade de formação e capacitação dos professores da instituição para melhor atender essa demanda estudantil, como garante a LDB de 1996, em seus artigos 58, 59 e 60 acerca da educação

especial (BRASIL, 1996). Não entendemos que a questão pedagógica esteja desvinculada das questões de relacionamento entre professor/aluno.

Ainda tratando sobre a vivência desses estudantes na instituição, perguntamos se os mesmos já haviam presenciado um fato de exclusão desde seu ingresso na UFPB. Como resultados obtivemos, que a maioria já havia vivenciado algum fato (63%) enquanto a minoria (37%) nunca evidenciaram fatos semelhantes (Gráfico 10).

Gráfico 10. Vivência de exclusão dentro da universidade



Fonte: Dados da pesquisa

Fatos sobre exclusão foram destacados pelas seguintes falas:

A6 Certa vez o professor passou como conteúdo de uma avaliação um filme mudo, falei com o mesmo dizendo que não seria justo para mim, mesmo com a descrição das minhas apoiadoras, mas ele só ignorou e o filme continuou sendo o principal assunto da prova.

A11 Um professor não respeitou as minhas condições de saúde, ferindo o Art. 223 da CONSEPE, e o mais grave é ter uma queixa formal e não ser informado do arquivamento do processo, lamentável.

A12 No início da minha permanência na instituição em 2014 eu fui xingada por uns colegas de sala apenas pelo fato do professor estar esperando que eu terminasse de responder a prova, pois meu problema é neuromuscular então demoro mais que as demais pessoas, para dentre outras coisas, escrever. E esses "colegas" se chatearam pela minha "demora" [...] julgara, que eu estava atrasando o início da outra aula.

A13 Geralmente em congressos. Pois devido a não ter o acompanhamento do aluno apoiador, quando os horários não são compatíveis. Quando os professores utilizam muitas imagens em aula.

A19 Falta de sensibilidade de professores em reconhecer a dificuldade de certos alunos na compreensão de certos conteúdos

A25 Vídeos exibidos em sala de aula sem áudio- descrição; acesso ao Banco do Brasil negado pela porta principal, tendo que entrar apenas pela porta giratória onde me machuquei por duas vezes.

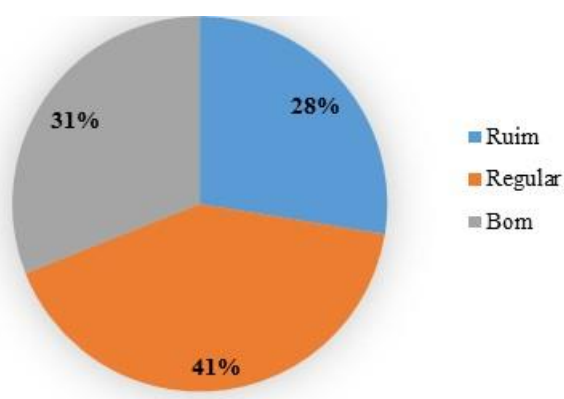
A26 Ruins do tipo, professora e coordenação não ligarem pra deficiência e dar andamento a aula com projetor defeituoso em sala com lousa de vidro, impossível pra eu poder ver.

A29 Passei por uma situação de preconceito por parte de uma docente, existem dificuldades em entender e como lidar com minha deficiência e, isso em alguns casos, dificulta minha aprendizagem e permanência.

Mais uma vez os estudantes destacaram a falta de conhecimento por parte dos professores para lidar com as deficiências, enfatizando a necessidade de melhoria na metodologia aplicada em sala de aula. Entre as situações elencadas, constatamos que a barreira atitudinal é um grande desafio dentro da UFPB.

No gráfico 11, caracterizamos a classificação da didática que os professores utilizam em suas salas, os estudantes afirmaram haver necessidades de formação para os mesmos, para atenderem de forma igualitária respeitando seus direitos.

Gráfico 11. Classificação da didática dos professores, aplicada em sala



Fonte: Dados da pesquisa

Como sugestões alguns entrevistados sugerem em suas falas:

A1 Sugiro que a forma de avaliar, fosse de outra forma, não provas discursivas e sim outros componentes pedagógicos.

A2 Gostaria muito que o comitê fizesse uma palestra sobre TDAH com os professores do meu curso. Alguns nunca ouviram falar sobre isso.

A4 Cursos de orientação para os professores, para que eles possam mediar e adaptar o assunto em sala de aula, de forma que facilite na minha compreensão sem que eu necessite de uma segunda pessoa.

A12 Que os professores sejam capacitados para ministrar aulas independente de ter pessoas com ou sem deficiência em sala de aula. Para que assim o aluno com deficiência venha também conseguir acompanhar os demais. Mas é claro que isso precisa ser trabalhado.

A14 Flexibilização das metodologias e conteúdos passados.

A17 Que os professores procurem conhecer outras técnicas de abordagem e de avaliação para alunos que tem dificuldade na retenção do conhecimento.

A21 Renovar os professores e renovar o PPP juntamente a grade curricular.

A25 Preparação e conscientização da coordenação do curso, junto com os professores.

A26 Uma assistência de orientação para as apoiadoras, pois imagino que é muito vago e, simplificado demais a explicação dada no momento tal treinamento no processo de seleção para apoiadores, considerando que a minha apoiadora só tiveram (sic) isso em um único momento. Acredito ser interessante outras oportunidades abordando sobre a condição (Transtorno do Processamento Auditivo Central e TDAH). Inclusive já fiz essa sugestão uma vez, mas tive a impressão que não fui compreendida.

É perceptível a necessidade de cursos de capacitação para os docentes, como também a divulgação dos resultados desta pesquisa para todo corpo docente da instituição de maneira a garantir melhorias no atendimento aos estudantes com deficiência e/ou NEE, podendo contribuir com a garantia de seus direitos e acessibilidade a uma educação de qualidade.

Dentre outras questões a cerca da acessibilidade na UFPB, questionamos o que o estudante apoiador tem feito para atender as necessidades de acessibilidade ou pedagógica:

A11 Tem tido paciência, e o diálogo é nossa força maior de convivência, haja vista que minha apoiadora sempre esteve do meu lado me apoiando mesmo antes de ser considerada oficialmente como tal. Desse modo, ela já conhece minhas limitações e necessidades. Ela é uma pessoa muito humana e capaz, não me vejo com outra apoiadora.

A12 O aluno apoiador ele descreve todas as imagem usada (cic) pelo ministrante. Manda os materiais que forem necessários para transcrição e para ser repassada para o *Braille*. E também ajuda na locomoção.

A13 Utilizando de recursos variados no método de ensino, simplificando o conteúdo passado, revisando e reforçando pontos principais com o uso de linhas de raciocínio claros e coerentes.

A14 Acompanhamento em sala e na minha permanência no Campus, para realização de atividades, revisão para prova e etc. Acolhimento e atendimento em meio as crises.

A18 Bom leem os textos com migo (cic) depois debate o texto e me pedem para reproduzir o que eu entendi do assunto, me ajudam nos *slides* e quando as atividades complica (cic) me ajudam a achar a linha certa de raciocínio.

A22 Auxilia na resolução de trabalhos, leitura de conteúdos inacessíveis, comunicação com professores, se necessário, apoia devidamente a locomoção dentro e fora do departamento.

A25 Me ajuda na locomoção, amplia materiais, adapta slides junto com o professor, me ajuda explicando conteúdo e dando feedback aos professores.

A26 Trabalha as leituras comigo, sugere propostas para produzir os textos, trazem vídeos para contextualizar os assuntos ou que explique de forma mais clara os assuntos.

A28 A apoiadora está sempre atenta ao que se passa em sala, e quais são minhas necessidades em relação aos conteúdos e atividades.

Verificamos que os apoiadores têm desempenhado suas funções com êxito e muita dedicação, deixando evidente a sua importância para CIA, na consolidação dos direitos da pessoa com deficiência e NEE.

Para finalização da pesquisa, pedimos aos estudantes entrevistados sugestões para melhoria do programa estudante apoiador, assim, obtivemos as seguintes falas:

A4 Uma ligação mais direta do programa com os professores.

A5 Maior treinamento aos alunos apoiadores. Não basta fazer uma prova e selecionar os primeiros. Cobrança mais rigorosa do programa para com os alunos apoiadores e ampla divulgação aos professores. Ampla divulgação dos editais nos centros.

A6 Mais acompanhamento, fiscalização, mas (cic) compromisso e responsabilidade.

A12 Oferecer oficina aos professores de como lidar com os alunos de acordo com suas diferentes necessidades.

A13 Maior informação do que é o CIA, e o que faz e a quem pode atender. Muitas vezes os alunos acreditam que só dificuldades físicas pode ser atendidas (cic) pelo CIA.

A14 Maior envolvimento com os professores. Muitos deles só têm ciência do que é um apoiador, o que é o CIA, e quais as necessidades de alunos acompanhados quando tem um em sala de aula.

A17 Uma maior cobrança e fiscalização dos responsáveis por este programa. Uma maior conscientização dos professores e divulgação das necessidades desses alunos.

A21 Dar mais palestras e falar com a reitora para agilizar a questão de acessibilidade atitudinal.

A22 Promover eventos de conscientização, bem como festas, palestras em sala de aula e encontros a fim de naturalizar o tema de inclusão e incentivar a socialização da pessoa com deficiência, que na maioria das vezes acaba reclusa em salas de apoio especializado. Além de buscar mediante a opinião de todos os membros apoiados soluções para inúmeros problemas inclusivos existentes na instituição.

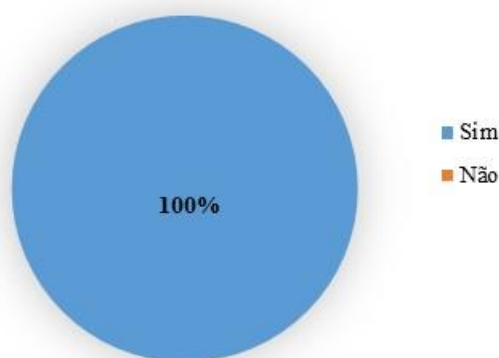
A24 O aumento na carga horária juntamente com o aumento do valor da bolsa oferecida, além de um treinamento mais adequado voltado a orientação e mobilidade relacionada a especificidade da deficiência apresentada pelo aluno apoiado.

Ficando registradas suas perspectivas para melhorias futuras, bem como a continuidade para elencar outras pesquisas que também possam contribuir com seu desenvolvimento acadêmico e acessibilidade na UFPB.

4.1.6 O olhar dos estudantes apoiadores sobre o Programa Estudante Apoiador e a Política de Inclusão

Uma amostra de 25,8% (40 alunos) dos estudantes apoiadores demonstraram interesse em participarem da pesquisa, de modo que, (100%) responderam o questionário de forma satisfatória como demonstra o gráfico 12.

Gráfico 12. Percentual de Participantes

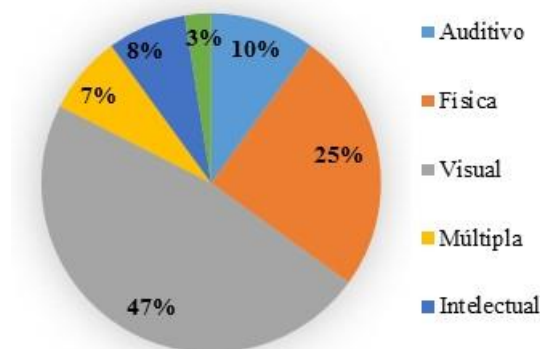


Fonte: Dados da pesquisa

Todos os alunos responderam qual o tipo de deficiência / NEE do seu apoiado, exceto um que não estava apoiando no momento. Dentre as deficiências mencionadas pelos alunos apoiadores e que eles atendem, estão descritas no gráfico 13. As mais apontadas são

deficiência visual (47%) e física (25%).

Gráfico 13 Tipo de Deficiência do Aluno Apoiado atendido pelos Apoiadores

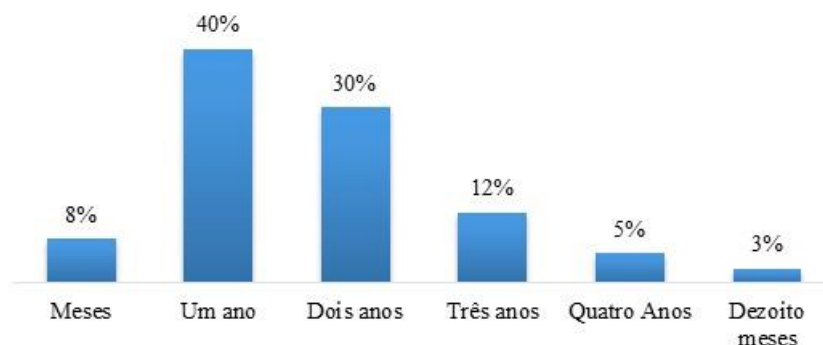


Fonte: Dados da pesquisa

Os dados coletados mostram que o crescimento de atendimentos correlacionados ao tipo de deficiência ampliou-se nos últimos anos. Dantas (2017) aponta que:

A porcentagem aproximada dos alunos da graduação com deficiência e/ou alguma NEE na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2017 era entre 3 e 4% e os tipos de deficiências mais frequente que o CIA atendia eram: Deficiência física, Deficiência visual parcial, Cegueira, Transtorno psicológico, Deficiência temporária, Deficiência auditiva, Deficiência múltipla, Deficiência intelectual, Surdez total e Transtorno do Espectro Autista (DANTAS., et al, 2017).

A medida em que cresce o número de estudante com deficiência matriculados na UFPB, vai aumentando também a necessidade do CIA promover apoio para estas pessoas através do Programa Estudante Apoiador. Constatamos no gráfico 14, um percentual de 17% dos alunos apoiadores que fazem parte do programa há 3 anos ou mais; isso significa que estes se identificaram com área de inclusão criando laços de afeto e preocupação com seu apoiado como já foi mencionado no decorrer do texto.

Gráfico 14 - Tempo de Experiência como Estudante Apoiador no CIA

Fonte: Dados da pesquisa

Isso pode ser constatado pelas falas dos alunos quando questionados sobre o motivo pelo qual os levaram a participarem do Programa Aluno Apoiador:

- EA1 Perceber que havia uma possibilidade de ajudar de alguma forma um colega, que percebia ser precedido de auxílio.
- EA2 Perceber a dificuldade e necessidade de do aluno apoiado.
- EA3 Ajudar a quem precisa.
- EA4 O apoio ao próximo.
- EA7 A necessidade do meu amigo na universidade.
- EA10 A experiência de auxiliar na inclusão dos alunos que necessitam de apoio.
- EA11 Vi as barreiras enfrentadas por meus amigos (com deficiência) diariamente, o que me motivou a buscar qualificação para poder ajudar de alguma forma.
- EA13 Por o aluno ser meu colega de sala e estar precisando de apoio, além da bolsa.
- EA14 Vontade de ajudar e incentivo financeiro.
- EA15 A vontade de fazer mais pelas pessoas e colaborar com a acessibilidade, além da remuneração.
- EA19 Contribuir no papel social dentro do contexto da inclusão de pessoas com necessidades especiais.
- EA23 O meu apoiado quem sugeriu que eu participasse, pois eu já o ajudava antes.
- EA26 Já ajudava a minha colega voluntariamente, e ela me sugeriu fazer a inscrição no programa. A partir disto, percebi a importância do mesmo para o apoio a estudantes com necessidades especiais.
- EA30 Interesse na temática.
- EA32 Ajudar uma colega de classe que estava faltando aulas por ausência de apoio.
- EA39 Auxiliar nas necessidades do meu colega, além de compreender como ocorre na prática o processo de inclusão.
- EA40 Ver a necessidade dos estudantes, que precisavam de apoio para poder estudar.

Podemos perceber, através dos relatos dos estudantes apoiadores (EA) que o principal motivo tem sido a necessidade de ajudar colegas com deficiência. Alguns estudantes também relataram que já prestavam apoio de forma voluntária, outros que, o estímulo se deu pela necessidade de experiência e conhecimento sobre as Políticas de Inclusão Universitária. Porém a remuneração também é um fator que estimula o aluno a querer participar do programa. Assim explicam EA17 e EA18:

EA17. Primeiramente a necessidade da bolsa, mas depois de conhecer melhor todo o programa o que mais motiva é poder realmente dar esse apoio a quem necessita.

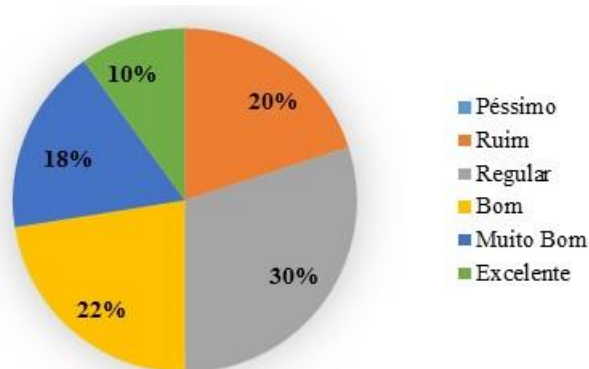
EA18. Oportunidade de ajudar minha colega, estimulando crescimento e crescendo junto. O suporte financeiro também é muito válido.

São diversos os motivos que levaram os estudantes a se interessarem pelo programa, mas vale salientar que, para ser um estudante apoiador não basta somente ter o interesse em ajudar, existe um perfil que o CIA considera essencial para que o estudante possa atuar no programa, além do interesse em ajudar um colega e da afinidade, é importante que o candidato à vaga de apoiador seja, preferencialmente, do mesmo curso e do mesmo período que o estudante o qual deseja apoiar. Além disso, por exigência legal é necessário que o estudante apoiador passe por uma avaliação socioeconômica (POLIA, 2018. p. 23 e 24).

Os alunos apoiadores, por vivenciarem o cotidiano dos estudantes com deficiência e /ou NEE na universidade, relatam as dificuldades que estas pessoas enfrentam no seu cotidiano acadêmico. Um exemplo são as barreiras arquitetônicas que dificultam a locomoção destes alunos dentro do campus, como explica EA25:

EA25 Eu tenho amigos com algumas necessidades especiais e vejo a dificuldade que eles têm para se locomover aqui no campus I, que vai desde rampas totalmente danificadas ou a calçadas altas e sem rampas. Isso me motivou a querer participar, tentar diminuir essas barreiras físicas que são impostas pela nossa estrutura.

Diante disto, pedimos que os alunos apoiadores classificassem a acessibilidade da UFPB de acordo com o seu ponto de vista e obtivemos os seguintes resultados (gráfico 15).

Gráfico 15 Classificação de Acessibilidade na UFPB

Fonte: Dados da pesquisa

A acessibilidade na UFPB ainda deixa muito a desejar, visto que, tanto os estudantes apoiados (10%) quanto os estudantes apoiadores (20%) demonstram insatisfação. É importante destacar que, o CIA vem trabalhando para eliminar as barreiras que impedem a permanência dos estudantes com deficiência na universidade, nessa perspectiva, Santos (2015) ressalta:

Considerando que as condições de acessibilidade são essenciais à garantia de equiparação de oportunidades, tanto para o acesso quanto para permanência dos estudantes com deficiência, faz-se necessária a adoção de procedimentos administrativos que permitam a identificação de tais estudantes, bem como a definição de mecanismos institucionais de identificação e eliminação das barreiras existentes (SANTOS, 2015, p.53).

Questionamos os estudantes apoiadores sobre sua percepção em relação às condições arquitetônicas que a UFPB possui e se estas são adequadas para receber um estudante com deficiência. Alguns dos estudantes acreditam que a UFPB necessita de melhorias para romper as barreiras arquitetônicas e pedagógicas e se tornar um ambiente acessível para pessoas com diferente tipo de deficiência e/ou NEE:

EA6 Não, pois falta estrutura e professores capacitados.

EA7 Não. Pois ainda falta muito dos professores e da estrutura física.

EA9 Não, principalmente a estrutura física.

EA10 Não. Desde a infraestrutura à questões didáticas e pedagógicas, existe um déficit muito grande que permeiam por esses campos. Professores não atuam, ou atuam, com o mínimo de inclusão, nenhum material possui adaptação a não ser que seja solicitado para o Nedesp o mínimo, mas não acompanha o estilo de aprendizagem do aluno a ponto de suprir sua necessidade acadêmica. Sem falar na estrutura, não possui elevadores, nem rampas, nem placas de acesso, etc.

EA11 Não, pois a estrutura física desta não é condizente com as necessidades de pessoas com deficiência, seja ela visual ou física.

EA14 Não, ainda há muitas dificuldades, tanto pela adaptação dos professores, alunos e outros servidores para aquele indivíduo com uma demanda indiferenciada, bem como dificuldades estruturais, de acesso mesmo, para aqueles alunos com deficiência física, visual, etc, apesar de ter melhorado nos últimos anos.

EA15 Não, falta muitas coisas, tais como piso tátil.

EA18 50%. Estruturalmente e pedagogicamente ainda há muito o que se melhorar.

EA21 Não, pois ainda falta muito investimento na estrutura física da faculdade para alunos com necessidades especiais.

EA23 Não. Falta conhecimento por parte dos professores, e estrutura.

EA24 Em termos de estrutura física não.

EA25 Não. A essência da palavra acessibilidade ainda não chegou na UFPB.

EA27 Física e visão mais grave não. Não, a infraestrutura da universidade não possui piso tátil, rampas ou calçadas adequadas, etc.

EA28 Não, falta de autoridades que se dediquem.

AE32 Não, acho que ainda falta muita coisa básica, como a questão dos ambientes físicos, que aponto como principal, no sentido de locomoção dos alunos apoiados pelo ambiente universitário, que é difícil. Também acho que ainda não há uma equidade nas aulas, nas atividades da universidade, mais estamos caminhando para isso. No caso da deficiência visual, da aluna que eu apoio, existe um aspecto muito positivo no Nedesp, que é o núcleo de apoio específico pra transcrição dos textos dela e etc. Falta muita coisa, falta um olhar de equidade, colocando a necessidade dos deficientes como primordiais bem como a dos demais alunos, e não como especiais, diferenciadas! Eles não querem ser diferenciados com tratamento especial! Precisam ser bem tratados como todos os outros, de modo a corresponder suas necessidades, equitativamente! Isso é inclusão! É fazê-los estar dentro da universidade, e serem totalmente acolhidos e respeitados como são, mais com as suas especificidades devidamente observadas e necessidades sanadas.

EA33 Não, pois não possui calçadas totalmente adequadas.

EA34 Não. Acredito que ainda há muito a melhorar no que diz respeito à questão de acessibilidade aos diferentes centros, assim como disseminação sobre o comitê por meio dos estudantes e docentes.

EA35 Precisa melhorar muito, principalmente em relação aos profissionais que não estão sabendo como incluir o aluno com deficiência.

EA37 Não. Não existe uma política de preparo para os docentes, o SIGAA não possui acessibilidade e não existe uma acessibilidade de locomoção dentro do campus.

EA38 Infraestrutura não está preparada, profissionais não capacitados para lidar com aulas e algum tipo de deficiência, falta de informação à comunidade acadêmica.

EA39 Da forma como consta na lei em sua prática, acredito que não, pois a verba que temos para investir em acessibilidade ainda é pouco, sendo assim, apesar de não haver recursos para promover tal inclusão, também não há a conscientização por parte da equipe pedagógica dos centros.

Outros estudantes apontam que, a pesar das dificuldades, as políticas de inclusão trabalham da melhor forma para garantir à permanência das pessoas atendidas pelo CIA, no ambiente acadêmico:

AE4 Sim, justamente por causa desse programa do CIA.

AE5 Parcialmente.

AE12 Sim, disponibilizando todo o material e equipe de apoio necessário.

AE13 Sim, mas ainda há muito o que melhorar.

AE17 Sim, pois mesmo com certas dificuldades consegue ter uma boa estrutura.

AE20 Sim, por causa do CIA.

AE22 Sim, pois conta com estrutura física adequada, transporte e programa de apoio.

AE26 Em relação a organização do comitê sim. No entanto, a infraestrutura física da Universidade precisa de melhoras.

AE29 Creio que está caminhando a passos razoáveis, o programa do aluno apoiador é uma amostra do potencial que a universidade tem a oferecer, mas quanto a estrutura física, ainda precisa melhorar muito.

Analisando as falas dos estudantes apoiadores, é possível perceber que, existem muitas barreiras a serem quebradas dentro da rede de ensino UFPB para que se torne um ambiente inclusivo e acessível aos diferentes públicos. Mas, vale salientar que, para que isso aconteça torna-se necessária a colaboração de todos os que compõem a comunidade acadêmica.

Corroborando com essa ideia, Cavalcante e Daxenberger (2018) concluem:

O processo de inclusão caminha a passos lentos e requer empenho de todos os que compõem a comunidade escolar para promover a inclusão nas instituições educacionais, seja de educação básica ou de ensino superior. Para que isso ocorra é necessária a implementação de políticas de inclusão que visam garantir o acesso, a permanência e a busca de melhorias no desempenho acadêmico de pessoas com NEE (CAVALCANTE E DAXENBERGER, 2018, p. 40).

E foi com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes com deficiência na universidade, que foi criado o Programa Estudante Apoiador, no qual o CIA seleciona estudantes para prestarem o apoio que cada uma dessas pessoas necessita para exercerem suas funções de forma autônoma e igualitária dentro da instituição.

Como já foi mencionado no texto, os tipos de apoio variam, dependendo das necessidades que o aluno apoiado possui como relatam os estudantes apoiadores:

AE5 Gravar aulas, resumo das aulas, apoio intra e extra classe, auxílio quando tá com dificuldade dentro da sala.

AE18 Auxílio na locomoção dentro do campus, reservo a cadeira na sala de aula que melhor ajude na absorção do conteúdo dado pelo professor, transcrevo aulas, digitalizo textos, além de todo apoio pedagógico que for preciso.

AE25 Eu o acompanho em suas refeições, sirvo sua comida, acompanho em atividades práticas, como o traslado e o exercício do seu treino na academia do CCS; Levo sua cadeira manual para executarmos as práticas do projeto de extensão que ele participa; se ele fica doente, eu o acompanho ao hospital e, caso necessário, levo suas refeições até seu quarto. Também sou eu quem busca os insumos necessários para realização de procedimentos rotineiros, no Cais de Jaguaribe. Fui com ele uma vez e a acessibilidade simplesmente não existe, então me ofereci para buscar no lugar dele. Basicamente é isso e caso surja alguma intercorrência e eu estiver disponível, ele entra em contato e eu vou.

AE36 Apoio na locomoção entre salas de aula, laboratórios, clínicas no HU, apoio logístico (material, almoço, lanche) e um grande suporte emocional, afinal, além de tudo, somos amigos.

AE39 Em minha ações, auxílio meu apoiado em sua locomoção, na realização de suas atividades acadêmicas como leitura de artigos, slides, resumos, leis, legendas, etc; descrição de materiais audiovisuais, imagens, cores, exemplos práticos de como ocorre, por exemplo, as funções cerebrais, construindo maquetes ou texturas que o

auxilie, digitação dos trabalhos acadêmicos e conversão de materiais já que todos os professores não enviam materiais acessíveis.

Em várias falas percebe-se que, os estudantes apoiadores prestam apoios pedagógicos intra e extra classe, além de os ajuda-los nas atividades do seu dia-a-dia como, acompanhamento em consultas médicas e locomoção dentro do campus. Como proposto nos editais do PAAED. Segundo Cavalcante e Daxenberger (2018), o aluno apoiador tem como função, acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência e/ou NEE nas atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula conforme a necessidade específica de cada um. Para isto é necessário que o aluno apoiador dedique 20 horas por semana para realização de sua função. É possível perceber através dos relatos dos estudantes apoiadores os desafios e dificuldades observados durante sua atuação. Assim eles se expressaram:

AE2 A falta de acessibilidade para o apoio com o apoiado, assim como para ele próprio, o que dificulta ainda mais sua liberdade de locomoção.

AE4 Entender tudo em sala de aula, devido a deficiência

AE6 A falta de entendimento dos professores sobre o aluno apoiador o que requer muitas coisas.

AE11 O território físico da UFPB é completamente inacessível; Tive que me desdobrar para atender sozinha as demandas da minha apoiada durante dois meses, pois ela necessita de dois apoiadores e não havia ninguém que se com os horários correspondentes.

AE14 Realmente obter resultados consideráveis com meu apoiado, pois ele necessitaria de mais auxílio, além de que muitas pessoas olham minha atuação com desconfiança, mas geralmente se mostram bem abertos depois de explicar. Se fosse algo mais divulgado e conhecido seria bem interessante.

AE15 Muitas vezes alguns professores não colaboram na acessibilidade das atividades e a locomoção nos corredores da universidade

AE17 A incompreensão dos colegas do aluno apoiado em sala de aula. Existe uma certa exclusão por parte deles.

AE21 Falta de materiais de estudos para o mesmo.

AE22 A dificuldade na verdade é por parte do Aluno apoiado, pois por não tomar o remédio que precisa algumas vezes, não se tem total aproveitamento do apoio.

AE25 Já passamos por alguns episódios aqui na UFPB onde não conseguimos acessar a calçada, pois alguns motoristas ainda teimam em estacionar em frente às rampas. Em outro momento, numa ida ao Cais de Jaguaribe, a cadeira de rodas dele ficou presa entre a rua e a calçada. Foi um sufoco pra conseguir fazê-la subir.

AE33 Falta de tempo ou dificuldades do ambiente físico.

AE34 Organizar os horários com as aulas.

AE38 Não vejo dificuldades específicas.

AE39 A adaptação curricular para o apoiado participar de forma ativa de sua aprendizagem; locomoção; instrumentos tecnológicos.

AE40 Reconhecimento, facilitar a vida de todos.

Mais uma vez, são destacadas as barreiras arquitetônicas e pedagógicas como o principal empecilho na vida dos estudantes com deficiências. Corroborando com estes resultados Polia (2018) identifica em sua pesquisa, através dos relatos de estudantes apoiadores os desafios enfrentados pelos alunos ao exercerem o seu trabalho e estes vão desde as barreiras arquitetônicas até as atitudinais. Este é um fator preocupante para o processo de

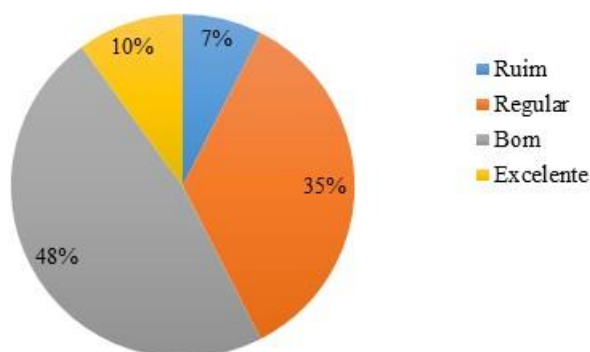
inclusão universitária, e em sua pesquisa, Polia (2018) ainda destaca os desafios enfrentados durante a sua gestão, no CIA, para tentar quebrar estas barreiras e conclui:

A inclusão sempre será um processo que depende da coletividade, e mesmo envolvendo vários indivíduos, cada um deve ser assistido de forma personalizada. Nunca as demandas de duas pessoas cegas serão as mesmas e compreender cada um com suas próprias características e especificidades é um dos caminhos mais assertivos para se trabalhar com esse público (POLIA, 2018, p. 26).

Um dos desafios enfrentados pela autora foi a tentativa de minimizar as barreiras atitudinais dentro da sala de aula, através de ofertas de cursos para docentes e orientações individualizadas, mediadas pelos GTs de Acessibilidade Pedagógica no intuito de promover adaptações no método de ensino e avaliações, porém houve resistência da parte docente.

Uma taxa de 48% dos estudantes apoiadores classificam a didática docente para com os seus apoiados como boa e 10% com excelente (Gráfico 16) o que nos leva a uma análise mais precisa quando comparamos com a percepção dos estudantes apoiados que acreditam em uma melhoria nos métodos de ensino (Gráfico 16).

Gráfico 16. Classificação da Didática Docente para com o Aluno Apoiado



Fonte: Dados da pesquisa

Os alunos entrevistados que perceberam necessidade de mudanças nas práticas dos professores para com seu aluno apoiado, sugerem as seguintes estratégias:

AE2 Sim, disponibilizar materiais, como computador, por exemplo, para acompanhamento das aulas disponibilizadas pelos professores.

AE5 Mais atenção com esses alunos.

AE6 Buscar sanar as necessidades individualmente.

AE8 Sim, Recursos áudio-visual (sic) que não estão em condições do meu aluno enxergar.

AE12 Creio que todos os professores da instituição precisam de uma qualificação para saber lidar com alunos com deficiência. Muitos se sentem perdidos, pois nunca tiveram essa experiência e não sabem como proceder.

AE16 Sim, a metodologia deveria ser pensada para o deficiente visual, como por exemplo slides e vídeos com descrição.

AE18 Professores que fossem capacitados para lidar com alunos com necessidades especiais.

AE23 O que poderia mudar era o estilo de prova, ser uma prova mais direta quanto às perguntas e ilustrativa pra quem têm TDAH.

AE33 Alguns professores ainda dão aula como se não houvesse um aluno ali que precisasse de uma atenção diferenciada. Mostram imagens sem explicação devida, filmes legendados, e explicam coisas abstratas para o aluno sem o devido cuidado de seu entendimento. Mais isso são algumas questões pontuais, de modo geral a maioria deles tem se dedicado muito para fazer o melhor e tem reinventado seu modo de dar aula, o que tem ajudado. Muitos oferecem apoio a aluna, disponibilidade de tempo extra classe pra tirar dúvidas e isso é bastante positivo.

AE38 Geralmente cada caso é um caso, com relação ao meu aluno apoiado, as atividades em sala são mais tranquilas, o problema está com relação aos laboratórios, principalmente, práticos que necessitam de manuseios com força e às vezes delicadeza.

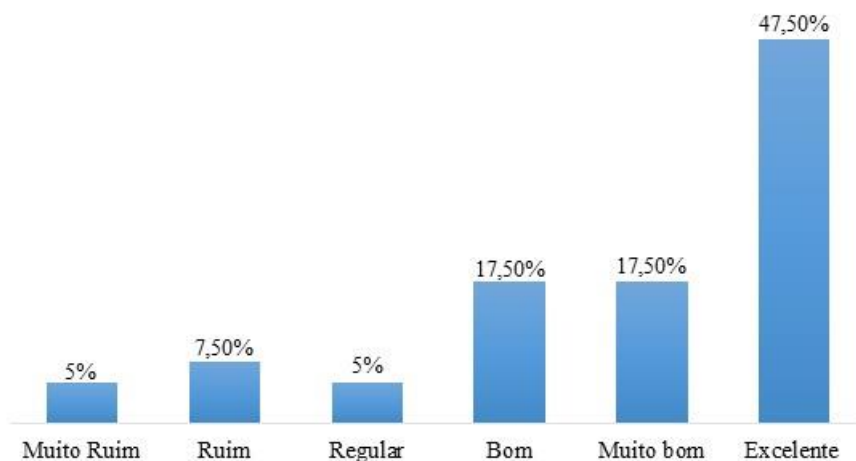
Outros alegam não ter percebido nenhuma necessidade de mudanças relacionada à didática do professor em sala de aula:

AE3 Não. Todos os docentes se mostram cientes das condições do estudante e sempre que necessário buscam alternativas para inclui-lo nas atividades, sejam elas no espaço da sala de aula, assim como fora dessa.

AE36 Não. A turma e os professores são muito solícitos e tentamos atender as necessidades dos colegas.

Os alunos que participam do Programa Estudante Apoiador demonstraram preocupação com as questões inclusivas dentro da universidade, o que nos leva a crer que, ao vivenciarem as dificuldades que o estudante com deficiência e/ou NEE enfrentam, torna-se-ão profissionais sensibilizados e conscientes como foi constatado por Polia, (2018), por terem experiências sociais com pessoas com deficiência. Sendo assim, o Programa Estudante Apoiador também contribui na formação do bolsista ao exercer suas funções com o apoiado.

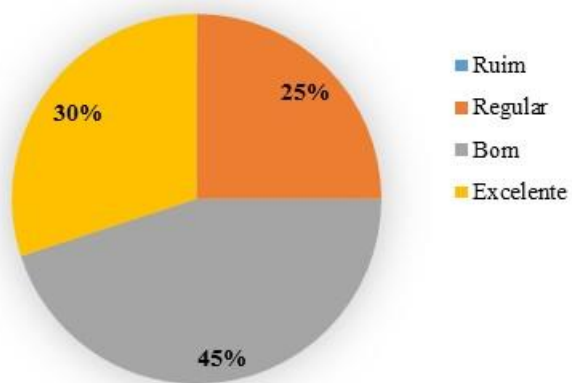
Gráfico 17 Classificação da percepção Inclusiva na Sociedade após atuação como Estudante Apoiador



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o apoio prestado pelo CIA (gráfico 18), nenhum aluno alega que este tenha sido ruim, embora 25% tenha se demonstrado insatisfeitos em alguns aspectos apontando como regular as ações do CIA.

Gráfico 18. Classificação do Apoio prestado pelo CIA



Fonte: Dados da pesquisa

Para finalizar, pedimos que os estudantes apoiadores fizessem sugestões para o Programa Estudante Apoiador, que melhorem o atendimento ao aluno com deficiência e/ou NEE:

AE2 É um Programa incentivador e importante para o campo acadêmico, e, acredito que, o que pode ser acrescentado, em se tratando do Campus IV, é a melhoria na estrutura física. Muitas das rampas não estão acessíveis. As demais, seguimos promovendo alternativas inclusivas para o melhor desempenho acadêmico.

AE3 Treinamento aos apoiadores e reuniões com os apoiados para repassar as dificuldades e entrar com novas estratégias.

AE4 Comunicar mais sobre esse programa.

AE5 Parceria com o RU para que os apoiadores buscassem a refeição do apoiado, algum tipo de condução para que os apoiados se desloquem dentro da Universidade.

AE7 Fazer com que os professores do departamento saibam que existe um aluno com deficiência em sua sala antes das aulas iniciarem.

AE8 Treinamento aos apoiadores, e deixar claro o que deve ser feito

AE9 O aumento de alunos apoiadores e maior transparência no passar de informações.

AE10 Ministras palestras, mesas redondas, oficinas de adaptação curricular e de provas para os professores e coordenadores de curso.

AE11 Acessibilidade física e virtual, atendimento de especializado voltado para apoiados e apoiadores.

AE12 Método de inclusão com os demais componentes da turma.

AE13 Deveriam fazer um acompanhamento multiprofissional para além da entrevista que é feita quando o aluno vai solicitar o apoio, pois alguns alunos sobrecarregam os apoiadores com demandas extras, fora do horário do apoio, outros são de convivência difícil e precisariam de um apoio psicológico para saberem lidar com a convivência em sociedade. Por exemplo, alunos apoiados que faltam muito e demonstram desinteresse no curso que está fazendo e por o apoiador cursar a mesma disciplina não participam ativamente de atividades deixando tudo para o apoiado fazer, trabalho em grupo, por exemplo, não auxilia e pede que coloque o nome na atividade. Ou o aluno que não tem preocupação com o seu aprendizado e simplesmente não faz os estudos em casa.

AE14 Ampliar o acesso de todos ao programa (conheço alguns que ainda não tem apoiador ou mesmo desconhecem o programa) e facilitar o acesso dos apoiadores e apoiados a serviços da própria Universidade como o CRAS, por exemplo.

AE15 Preparar melhor os alunos que irão apoiar, fornecendo palestras e cursos com cada deficiência.

AE16 Uma melhor comunicação entre apoiadores.

AE18 Maior divulgação do programa para que mais pessoas apoiadoras sejam captadas e todos os que precisam tenham apoio durante o período letivo.

AE21 Melhor gestão da equipe participativa.

AE22 Ao meu ver, o programa deveria ter mais contatos com os professores através de reuniões semestrais, pois tem muitos professores que nunca nem ouviram falar do programa.

AE23 Um pouco mais de envolvimento e interação com os professores, para melhor instruí-los sobre seus deveres.

AE24 Ter mais diálogo com os apoiadores e apoiados

AE25 Priorizar a agilidade nos processos para novos apoiadores é uma boa intervenção, pois vejo muitas pessoas que precisam, mas a quantidade de apoiadores não supre a demanda.

AE28 Manter funcionários fixos no comitê.

AE31 Fazer palestras obrigatórias com os professores.

AE32 Acredito que o Cia esteja caminhando para a melhora, mais precisa ouvir mais os alunos apoiados. Acho que eles são a chave de muitas questões. Coisas

que poderiam ser modificadas ou melhoradas, mas que precisam dessa articulação que ainda é escassa. Mas creio que estão no caminho para isso.

AE33 Acolher melhor os apoiados e promover mais atividades para os apoiadores
 AE34 Oferecer cursos aos demais discentes e docentes que não fazem parte do Comitê.

AE35 Organizações de reuniões a fim de apresentar aos professores as deficiências e o que pode ser feito pra incluir os alunos que possuem as mesmas.

AE36 O programa vem crescendo e melhorando muito em sua comunicação e atendimento a todos os participantes. Acredito que estamos no caminho certo, o resto é paciência.

AE40 Precisa melhorar muito, facilitar os processos, que prejudica os alunos que necessitam, melhor organização, ouvir o apoiador.

Todas as sugestões são de grande importância e contribuirão para uma melhoria no atendimento, tanto dos estudantes apoiados quanto dos seus apoiadores. No próximo tópico serão destacadas as ações que o CIA tem desenvolvido para melhorar o acesso dos estudantes com deficiência e/ou NEE dentro da universidade, no campus 2, Areia.

4.1.7 Melhorias arquitetônicas no Campus II

A subsede do CIA localizada no Centro de Ciências Agrárias-Areia vem desenvolvendo atividades anualmente e promovendo eventos que visam à inclusão de estudantes com deficiência e/ou NEE, porém suas condições arquitetônicas ainda é empecilho para acessibilidade. Por está situado numa região de alta declividade, os estudantes enfrentam diariamente ladeiras que dificultam o acesso a determinados locais entre o intervalo das aulas, a exemplo de pessoas com deficiência física (cadeirantes) que ficam impossibilitados de certo modo, de chegarem no horário certo das aulas, mesmo com o auxílio do estudante apoiador. Cavalcante (2015, p. 50) relata em seu estudo sobre a falta de acessibilidade no Campus de Areia:

A falta de acessibilidade que o campus II da UFPB possui, acaba atrapalhando no desenvolvimento do trabalho do aluno apoiador e conseqüentemente acarreta em prejuízos na aprendizagem dos alunos apoiados e de acesso aos ambientes acadêmicos.

Figura 1. Vista de satélite do Centro de Ciências Agrárias/Setas mostrando pontos de precipitação

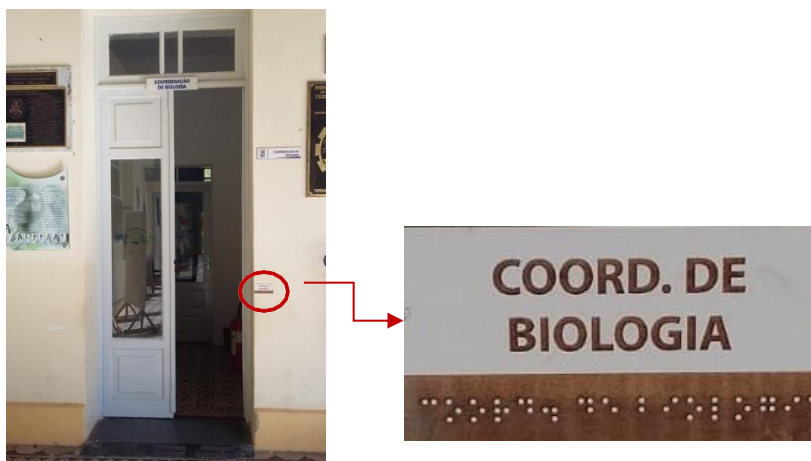


Fonte: Google Earth Pro

Essas barreiras arquitetônicas têm sido constantemente questionadas pelos estudantes com deficiência atendidos pelo CIA na subsele. Como solução, a professora Dr.^a Ana Cristina Silva Daxenberger, vice-coordenadora do CIA em Areia, juntamente com o diretor do centro Manoel Bandeira de Albuquerque, conseguiram no ano de 2018, disponibilidade de transporte (dentro do CCA) para esta demanda, de forma a minimizar o problema de locomoção entre os estudantes com mobilidade reduzida.

Uma outra conquista, no campus de Areia, foi a instalação de placas de sinalização em *Braille* nas salas de coordenação dos cursos, e banheiros situados no prédio central do CCA, que foram instaladas pela coordenação de curso de Ciências Biológicas, prof. Dr. Abraão Ribeiro Barbosa. Isto se deu em 2018, facilitando o percurso de estudantes com deficiência visual, proporcionando sua autonomia e acessibilidade (figura 2).

Figura 2. Placa de sinalização em *Braille*



Fonte: Maria das Mercês Serafim dos Santos Neta

Além das placas de sinalização, também foram instaladas vagas para deficientes e rampas de acessibilidade no prédio Central e no prédio da Biologia, permitindo maior facilidade para que os estudantes tivessem acesso às salas de aula, assim como os laboratórios de pesquisas, contribuindo com sua permanência no âmbito acadêmico, e promovendo a formação de profissionais qualificados na área. (figura 3)

Figura 3. Vaga para deficiente no prédio Central (3A) e no prédio da Biologia (3B)



Fonte: Maria Mercês Serafim dos Santos Neta

Figura 4. Rampa de acessibilidade no prédio da Biologia



Fonte: Maria Mercês Serafim dos Santos Neta

5. DISCUSSÕES DE DADOS DA PESQUISA

Ao longo do tempo a pessoa com deficiência e/ou com NEE tem ganhando, cada vez mais, seu espaço na área da educação, trabalho e lazer. A universidade é um exemplo de espaço que vem tentando adaptar-se as normas básicas das políticas públicas de inclusão. Por meio deste estudo documental e de campo, percebemos o quão é importante as ações que o CIA vem desenvolvendo seja por meio do PAAED ou por meio dos Grupos de Trabalhos (Pedagógico, Comunicacional, Atitudinal e Arquitetônico), para promover a inclusão.

A coletividade é outro ponto a se considerar no processo da inclusão, visto que, vivemos em sociedade, onde todos somos sujeitos de direitos e precisamos ter oportunidades. Manter o respeito às diferenças e possibilitar a formação cidadã dos universitários é também responsabilidade das IES. E podemos constatar que a UFPB tem conseguido fazer suas ações de fortalecimento para a construção de uma instituição mais inclusiva, mesmo tendo desafios a serem enfrentados, entre eles, o mais presente, a barreira arquitetônica e a pedagógica.

Pensar em inclusão universitária é acreditar em uma utopia possível e que exige a responsabilidade social de todos os seus membros, sejam eles professores, gestores, servidores técnicos e estudantes. Estar na universidade e se formar em um curso superior é possível se houver posicionamento político das IES.

Estudos como este devem ser realizados, periodicamente, a fim de acompanhar o progresso das políticas de inclusão na UFPB, por meio das ações do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. Os dados da pesquisa apontam questões importantes que devem ser analisadas e trabalhadas pelos diferentes segmentos da universidade, sobretudo, na gestão

do CIA.

Os grupos de trabalhos (GTs) têm intensificado suas ações durante os anos estudados nesse relatório, a fim de quebrar as barreiras que impedem a pessoa com deficiência e/ou NEE de exercer suas atividades como todos os cidadãos. Porém a falta recursos necessárias para atender todas as demandas que chegam ao CIA, ainda é um fator que dificulta as suas ações.

Ao analisar as falas dos estudantes, pudemos perceber que, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para que a universidade se torne um ambiente inclusivo, principalmente, do ponto de vista pedagógico e arquitetônico. Ao compararmos a percepção do aluno apoiado com a do aluno apoiador em relação à didática docente, é possível perceber uma diferença no percentual das respostas. É perceptível que o aluno com deficiência e/ou NEE necessita de estratégias que facilitem o seu entendimento e aprendizagem sobre certos conteúdos. Sendo assim, torna-se necessário que os docentes tomem a iniciativa de adequar suas metodologias didáticas para atender aos diferentes níveis de aprendizagem; além do interesse em participarem de cursos de capacitação para atender a todo o público discente, principalmente, as pessoas com deficiência.

Outro ponto importante de ser destacado e merece atenção são as falas dos estudantes envolvidos na pesquisa ao apontarem estratégias para um melhor atendimento tanto para os alunos com deficiência e/ou NEE quanto para os estudantes apoiadores, como a oferta de mais cursos de capacitação, mais reuniões e comunicação entre o CIA, os estudantes apoiados e apoiadores e o corpo docente da UFPB.

Os relatos dos estudantes apoiados e apoiadores em relação ao Programa estudante apoiador demonstram o quanto este é importante e garante a permanência do estudante na universidade, porém existem estudantes que necessitam de intensificação do apoio (A24) além dos que ainda não foram contemplados com um estudante apoiador. Mas vale ressaltar que alguns estudantes apoiadores se sentem sobrecarregados (AE13) e relatam haver desinteresse pelo curso por parte do estudante apoiado, tornando necessário uma maior comunicação sobre as suas reais funções como apoiador e também reuniões frequentes com a equipe do CIA para serem discutidos casos como estes.

Com relação ao que foi exposto, é possível perceber neste relatório dados que mostram como vem se desenvolvendo o sistema educacional na consolidação das Políticas Públicas de Inclusão para construção de uma UFPB inclusiva. Ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para a garantia de uma UFPB que atenda todos os requisitos propostos nas leis e decretos. Todavia, para que isso ocorra é necessário mobilização de

todos os segmentos, institucional e governamental na luta pela construção do novo paradigma educacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que, as Políticas de Inclusão da Universidade Federal da Paraíba tem sido implantadas de forma satisfatória e gradativa, através da criação e efetivação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. As ações exercidas pelo CIA durante os anos de 2013 até 2017 têm possibilitado aos estudantes com deficiência mais autonomia dentro do âmbito acadêmico, embora ainda existam desafios a serem trabalhados, entre eles a quebra de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais.

As ações dos diferentes Grupos de Trabalho (GTs) do CIA têm estreitado os caminhos para uma universidade inclusiva nos diferentes segmentos (arquitetônico, atitudinal, pedagógico e comunicacional), mas ainda torna-se necessário o empenho de toda a comunidade acadêmica para quebra total destas barreiras.

O Programa Estudante Apoiador ainda que necessite de estratégias para um melhor atendimento é de grande importância para o processo de inclusão, pois tem proporcionado ao estudante com deficiência e/ou NEE um melhor desempenho acadêmico, além de estímulo para sua permanência na universidade.

Os relatos dos estudantes mostram que, para que uma instituição se torne inclusiva é necessário a quebra de todas as barreiras que impossibilita à pessoa com deficiência e/ou NEE exercer a sua cidadania com autonomia e essa tarefa torna-se difícil quando não há desempenho de todos os que compoem a UFPB. Investir em inclusão universitária é um dever social da IES.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/pessoa-com-deficiencia/acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-e-equipamentos-urbanos/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, **que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica**, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 26 fevereiro

2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. (2008). **Diário Oficial da União**, Seção 3, de 5 de maio de 2008. Brasília - DF. Recuperado: 21 mar. 2015. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/05/05>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, **para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em 13/09/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13146 de 06 julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Recuperado: 2 mar. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, **que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica**, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 26 fevereiro

2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 1793 de 16 de dezembro de 1994. **Integração da pessoa portador de necessidades especiais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

BRASIL. Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Recuperado: 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

BRASIL. Portaria do MEC nº 2678 de 24 de setembro de 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional.** Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. MEC/SEESP/GAB nº 6 de 08 de setembro de 2010. **Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.** Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/2011/06/03/profissionais-de-apoio-para-alunos-com-deficiencia-e-tgd-matriculados-nas-escolas-comuns-nota-tecnica-192010-mecseesp-gab>>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9 de 8 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CBE nº 17 de 03 de julho de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

CAVALCANTE, M.S.S, DAXENBERGER, A.C.S. A importância do aluno apoiador na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior. *In:* Daxenberger, Ana Cristina. S.(Org.). Polia, Andreza Aparecida. (Org.). **Inclusão do discurso às práticas educacionais.** Ed. Appris. 2018. p. 40-50

Censo Universitário. **INEP**, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

CIA. **Editais.** João pessoa. CIA. UFPB, 2015. Disponível em: https://www.ufpb.br/ufpb/ufpb/ufpb/cia/colecoes/editais?b_start:int=60. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

CIA. **Relatório Quantidade de estudantes assistidos nas ações desenvolvidas pela Prape.**

João Pessoa. CIA. UFPB, 2016. Disponível em:
<https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

CIA. Relatório final das Atividades do GT de Acessibilidade Arquitetônica referente ao ano letivo de 2014. João Pessoa, CIA. UFPB, 2014. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-gtaa-apresentacao-final.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório final do GT de Acessibilidade Arquitetônica 2017. João Pessoa, CIA.UFPB,2017Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-arquitetonica-2017.pdf/view>>.Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório dos apoiados e apoiadores 2016. João Pessoa, CIA, UFPB, 2016. Disponível em<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório final das Atividades do GT de Comunicação 2017. João Pessoa, CIA,UFPB,2017.Disponível em <<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-das-atividades-do-gt-de-comunicacao-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2015. JoãoPessoa,CIA,UFPB,2015.Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-ao-ano-2015.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica referente ao ano de 2016. JoãoPessoa,CIA,UFPB,2016.Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-referente-as-acoes-em-2016.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório do GT de Acessibilidade Pedagógica Campus I 2017. João Pessoa, CIA,UFPB,2017.Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-final-do-gt-de-acessibilidade-pedagogica-campus-i-2017.pdf/view>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

CIA. Relatório Técnico do Campus II Areia referente a 2015. João Pessoa, CIA,UFPB, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-tecnico-do-campus-ii-areia-referente-a-2015.pdf/view>. Acesso em: 26 de agosto de 2020

CIA. Mapeamento Apoiados e Apoiadores - cia ufpb 2019
João Pessoa, CIA UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/colecoes/ultimas-noticias>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

CIA. Quantitativo do Programa Aluno Apoiador 2019 e materiais do cia. João Pessoa, CIA UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/colecoes/ultimas-noticias>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

DANTAS, R,G. et al. Comitê De Inclusão e Acessibilidade: Histórico e Perspectivas 2017. João Pessoa, CIA UFPB, 2017. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/comite-de-inclusao-e-acessibilidade-historico-e-perspectivas-2017.pdf/view>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

Declaração de Guatemala. **Sobre discriminação contra pessoas portadoras de deficiência**. Guatemala, 1999. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em: 03 de setembro de 2019.

Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<https://16minionuunesco2015.wordpress.com/2015/09/27/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos/>>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

LEITE, L.P.; MARTINS, S.E.S.O. (2012). **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Editora UNESP.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo**, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como?** São Paulo: Moderna, 2003.

ONU. **Resolução ONU n° 78/95**, 13 de dezembro de 2006.

POLIA, A.A. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba sob o olhar de uma gestão. In: DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: do discurso às práticas educacionais**. Curitiba-1ed. Appris, 2018. p. 17-27.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra. O direito das pessoas com deficiência à Educação Inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva na promoção da acessibilidade na escola. **Revista Infor** Brasília, 2015. Disponível em: <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/view/8>. Acesso em 27 de agosto de 2020

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UFPB. Resolução 09/2016 de 26 de novembro de 2013. **Aprova o Regimento Interno do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba, criado pela Resolução Consuni UFPB n° 34 de 26/11/2013**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/resolucao-no9-do-consuni-2016-regimento-interno-co-cia.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 16/2015 de 14 de abril de 2015. **Aprova o Regulamento dos +- Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba**. Disponível

em:<<http://http://www.ct.ufpb.br/cceq/contents/documentos/resolucao-16-2015.pdf/view>>.
Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UFPB. Resolução 34/2013 de 26 de novembro de 2013. **Comitê De Inclusão e Acessibilidade**. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ufpb.br/cia/conten%ntos/relatorios/comite-de-inclusao-e-acessibilidade-historico-e-perspectivas-2017.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019